



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COMITÊ GESTOR NACIONAL DE PRODUÇÃO E CONSUMO
SUSTENTÁVEL**

Portaria nº 44, de 13 de fevereiro de 2008

**PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E
CONSUMO SUSTENTÁVEIS
– PPCS –**

**Versão para Consulta Pública
Setembro, 2010**

Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Ciência e Tecnologia
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministério de Minas e Energia
Ministério das Cidades
Ministério da Fazenda
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS
Confederação Nacional da Indústria – CNI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABIPTI
Central Sindical envolvida em atividades de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável
Fundação Getúlio Vargas – FGV
Instituto Ethos
Confederação Nacional do Comércio – CNC
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC
Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE

PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

APRESENTAÇÃO	4
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
1. HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.1 Conexões entre Agenda 21, P+L e PCS.....	16
1.2 O conceito de P+L.....	17
1.3 O conceito de PCS.....	18
1.4. O Processo de Marrakech.....	19
1.5 A Política de Produção e Consumo do MERCOSUL	21
1.6 Avanços do Brasil em Produção e Consumo Sustentáveis	22
2. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS – PPCS.....	27
2.1 A criação do Comitê Gestor	27
2.2 A primeira versão do Plano.....	29
2.3 Conexões com o PNMC.....	29
2.4 Conexões com a PDP.....	31
2.5 Conexões com a PNRS	32
2.6 Etapas cumpridas e previstas no processo de elaboração do PPCS.....	36
3. OBJETIVOS, DIRETRIZES E PRIORIDADES DO PPCS.....	37
3.1 Objetivos do PPCS	38
3.2 Diretrizes para a proposição de ações no âmbito do PPCS.....	38
3.3 As prioridades do PPCS	41
4. DETALHAMENTO DAS PRIORIDADES SELECIONADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO (PLANO DE AÇÃO PARA TRÊS ANOS)	43
4.1 Educação para o consumo sustentável.....	43
4.2 Compras públicas sustentáveis	49
4.3 Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P	52
4.4 Aumento da reciclagem de resíduos sólidos	56
4.5 Promoção de iniciativas de PCS em construção sustentável.....	64
4.6 Varejo e consumo sustentáveis.....	68
5. ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPCS	73
5.1 Mecanismos Institucionais	74

5.1.1 Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável	74
5.1.2 Consulta Pública	74
5.1.3 Diálogos Setoriais	74
5.1.4 Fórum Anual do PPCS	74
5.1.5 Rede PyCS: Rede de Produção e Consumo Sustentáveis	74
5.1.6 Cooperação Técnica dentro e fora do País.....	75
5.1.6.1 Cooperação PNUMA-BRASIL	75
5.1.6.2 Programa ECONORMAS – MERCOSUL	76
5.2 Tipologia de Ações Contempladas no PPCS	77
5.2.1 Ações Governamentais	77
5.2.2 Ações de Parceria	77
5.2.3 Iniciativas Voluntárias.....	78
5.2.4 Acordos e Pactos Setoriais	78
5.2.5 Forças-Tarefa	78
6. MECANISMOS DE MONITORAMENTO	81
6.1 Plano de Monitoramento	82
7. RELAÇÃO DE ACRÔNIMOS.....	83
8. NOTAS DE REFERÊNCIA	85
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXO I - Metodologia da Consulta Pública.....	87
ANEXO II – Orientações para obtenção, preenchimento e envio do formulário da Consulta Pública.....	89
ANEXO III – Formulário de contribuições	91

APRESENTAÇÃO

Sem uma produção mais limpa e um consumo mais responsável, é impossível progredir rumo a uma economia de baixo carbono, rumo a uma economia mais sustentável. Sem um esforço considerável para alterar os atuais padrões de produção e consumo não é realista almejar uma sociedade mais justa e mais responsável do ponto de vista do uso dos recursos naturais, no horizonte de tempo apontado pelas urgências que os relatórios sobre aquecimento global estabelecem.

O Brasil vem tomando iniciativas robustas em ambos os pólos do mesmo problema, editando nos últimos anos dezenas de instrumentos legais como a Lei Nacional de Recursos Hídricos, em 1998, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de 2002, a estruturação do próprio SISNAMA, a Política Nacional de Educação Ambiental, de 1999, e outras, que buscam oferecer parâmetros e amparo legal para novos e mais ousados passos.

Recentemente, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de 2009, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, colocaram outros dois importantes pilares no conjunto de políticas brasileiras que visam orientar cada vez mais a nossa economia e a nossa sociedade para o desenvolvimento sustentável. De um lado, aumentou-se o arcabouço legal que multiplicam os mecanismos de comando e controle, que levam à conformidade ambiental cada vez mais exigente, de outro, proliferam os chamados mecanismos voluntários, como os relatórios de sustentabilidade sob a égide do Global Report Initiative, GRI, e do Greenhouse Protocol. Diminuir a emissão dos gases do efeito estufa e tratar adequadamente os resíduos gerados em todo o ciclo de manufatura de bens e serviços é, sem dúvida, dar concretude a uma forte aspiração por mais sustentabilidade.

Por isso, nada mais natural e promissor do que o presente Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, que ora apresentamos à sociedade brasileira para sua apreciação. Elaborar o Plano foi mais do que cumprir um importante acordo ou obrigação que o Brasil assumiu junto às Nações Unidas – em 2002 – ao aderir ao Processo de Marrakech. Foi também um ato revolucionário em muitos aspectos, pois desde sempre os atores que discutem a produção mais limpa não são os mesmos atores que buscam

aumentar a consciência do consumidor em relação ao impacto ambiental e social e suas escolhas.

O Plano pode parecer modesto a muitos, mas é realista e absolutamente exeqüível, oferecendo a todos nós, segmento governamental e não governamental, incluindo o setor produtivo, a oportunidade de aprendermos juntos e a cumprirmos metas que serão benéficas a toda a sociedade. Ele apresenta um leque de seis prioridades, entre muitas que caberiam no escopo de um conjunto de ações direcionadas às mudanças de padrão tanto na produção quanto no consumo. São elas:

- ***aumento da reciclagem;***
- ***educação para o consumo sustentável;***
- ***agenda ambiental na administração pública;***
- ***compras públicas sustentáveis;***
- ***construções sustentáveis;***
- ***varejo e consumo sustentáveis.***

Ao selecionar tais prioridades, buscamos privilegiar ações convergentes com os objetivos centrais do Plano, responsabilidades e recursos definidos. Também consideramos o momento atual e a capacidade de implementação dos diversos atores envolvidos. Para as temáticas igualmente importantes, mas ainda não maduras o suficiente para serem inseridas como prioridade, nossa intenção é incluí-las mais à frente, apontando desde já outros mecanismos.

Participação. *Em essência, este não é um plano governamental, ou do Ministério do Meio Ambiente, uma vez que não se estrutura somente em ações governamentais. É um plano que abriga e agrega também ações importantes do setor produtivo e da sociedade civil, valorizando esforços que têm por base o bem público, o princípio da parceria e da responsabilidade compartilhada.*

Nos anima e fortalece o Plano atual a recente aprovação e sanção pelo Presidente da República da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Ela embasa, sob muitos aspectos, as definições conceituais e os instrumentos legais, assim como o delineamento de incentivos para que o Plano ganhe adesão e consistência.

Fora da área estritamente ambiental, também se observa um dinamismo que pode favorecer tremendamente os objetivos do Plano. O Brasil tem metas de crescimento entre

cinco e sete por cento ao ano, mas quer qualidade nesse crescimento. Todos os documentos oficiais das principais políticas brasileiras reconhecem a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais. E de sermos competitivos na disputa dos mercados internacionais. A diferenciação ambiental, como selos e certificações são sem dúvida fatores que podem aumentar a competitividade de bens e serviços produzidos ou prestados por nosso País.

*Milhões de pessoas que não estavam incluídas no mercado, nos anos recentes passaram a consumir, como mostram os estudos realizados pelo IBGE e instituições congêneres. Além disso, avoluma-se a discussão em torno das **idades sustentáveis**, obrigando-nos a olhar para a realidade urbana de modo diferente daquele dos anos 60 e 70, quando a problemática era a explosão populacional e o aparecimento das favelas.*

O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, em muitas dimensões, contribui para o debate das cidades sustentáveis, ao tornar o tema da reciclagem e da disposição final de lixo um tema central, mas com soluções de curto e médio prazos. Também contribui com o incentivo ao retrofit e às construções com critérios ambientais.

Além de ter a meta de aumentar a reciclagem – o que não será possível sem um considerável esforço para obter a cooperação do consumidor, portanto da população – a união da PNRS com o PPCS pode estruturar uma vigorosa indústria da reciclagem no Brasil, gerando milhares de empregos além de fortalecer os programas de inclusão dos catadores.

Resultados. *O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis é acima de tudo uma agenda positiva. Uma agenda de ações em curso ou a serem desenvolvidas no curto prazo, com direção e endereço conhecidos. Com resultados que serão monitorados e avaliados. É um Plano com horizonte de três anos, nesta primeira fase de implementação. Falamos do aqui e do agora. Ele tem o mérito de articular várias iniciativas que buscam os mesmos objetivos e não disputa protagonismo com nenhum outro Plano, seja ele setorial ou não. Buscou incorporar ademais várias das recomendações dos setores organizados da sociedade que se manifestaram no âmbito das três Conferências Nacionais de Meio Ambiente, realizadas pelo atual Governo, e também pela Conferência Nacional de Meio Ambiente e Saúde, realizada em 2010.*

Como todos sabem, os recursos para inversão direta por parte de um único Ministério são sempre limitados. Por isso os arranjos institucionais que se busca viabilizar através do Plano tentam mobilizar recursos de mais de uma fonte, permitindo

contribuições também do setor privado. É um Plano moderno em termos conceituais, adequado em termos de seus propósitos e bastante ambicioso em termos dos efeitos benéficos que pretende gerar.

Como ministra de estado e responsável, em última instância, por mais esse esforço do MMA e de seus parceiros, só tenho a solicitar de todos os atores que desejem se somar a nós nesta empreitada, que o façam usando seus melhores recursos de inteligência e generosidade.

O período de consulta se estenderá por 45 dias, a contar da data do edital de publicação do Plano. Foram providenciados meios e metodologia para aproveitar ao máximo a contribuição de organizações e atores relevantes nesse processo. Teremos ao final, espera-se, um Plano mais condizente com as aspirações de todos.

É um Plano que ajuda a caminharmos juntos em terreno mais sólido. Para fazermos o Brasil e o nosso povo avançar em direção a um futuro mais promissor. A sustentabilidade é a direção para a qual apontamos nossa flecha. O Plano é o nosso arco. Vamos, portanto, arregimentar forças para tensioná-lo o mais que pudermos em direção ao futuro. Que assim seja!

IZABELLA TEIXEIRA

Ministra do Ministério do Meio Ambiente

SUMÁRIO EXECUTIVO

A ser elaborado após a consulta pública

INTRODUÇÃO

Existe uma tensão crescente no seio das sociedades contemporâneas: de um lado, desejamos consumir todo tipo de produto, de bem ou serviço que o mercado oferta e, de outro, desejamos usufruir cada vez mais de um ambiente saudável e seguro, sem poluição e sem degradação ecológica. Em outras palavras, queremos nosso conforto e bem-estar, mas não queremos os efeitos negativos que eles podem gerar, tais como os congestionamentos urbanos, lixo e doenças.

O problema da produção e do consumo realizados em bases não sustentáveis é simples de ser entendido: não podemos extrair mais recursos naturais do que a natureza é capaz de repor, quando se trata de recursos renováveis e não podemos extrair indefinidamente recursos finitos, não renováveis. Também não podemos descartar mais resíduos do que a natureza é capaz de assimilar. Além disso, apesar dos avanços tecnológicos, a extração crescente de recursos não renováveis (minérios, petróleo, por exemplo) para atender 6,8 bilhões de pessoas, é a crônica de um desastre anunciado. As montanhas de lixo que geramos nas chamadas sociedades dos descartáveis constituem também um cenário desolador que criamos e recriamos todos os dias.

Toda atividade econômica gera algum tipo de impacto ambiental. Mas tanto a produção quanto o consumo são indispensáveis para satisfazer as necessidades humanas. Tornaram-se problema muito recentemente na história humana quando as revoluções científicas e tecnológicas que se seguiram à Revolução Industrial aumentaram a capacidade dos seres humanos não só de extrair maiores quantidades de matérias primas e em áreas do globo antes impensadas, como nos tornaram capazes de produzir milhares de compostos químicos, sintéticos, perigosos à saúde humana e resistentes aos processos naturais de degradação.

O problema da produção “suja” ou poluidora vem sendo tratado em políticas públicas desde os anos 60 e a Conferência de Estocolmo, em 1972, realizou um admirável feito ao alertar os países sobre os efeitos nefastos da crescente poluição industrial e urbana e sobre a necessidade de desenvolver legislação, marcos regulatórios e agências de controle ambiental.

Consumismo. A questão do consumo, contudo, ficou negligenciada e só começou a ser tratada quando a literatura sociológica – que enfoca os diversos estilos de vida – mostrou uma tendência cultural que rapidamente se tornou global: o consumismo. Enquanto o consumo é definido como a satisfação das necessidades básicas (comer,

vestir, morar, ter acesso à saúde, lazer e educação), o consumismo é uma distorção desse padrão. O último relatório do *WorldWatch Institute*, que desde os anos 80 publica dados sobre a crise ecológica global, define consumismo como “a orientação cultural que leva as pessoas a encontrar significado, satisfação e reconhecimento através daquilo que consomem” (“Estado do Mundo 2010”, *WorldWatch Institute*). Em outras palavras, além do consumo demandado por uma população cada vez maior, estamos nos defrontando com um padrão de consumo que está sendo globalizado e que se caracteriza por ser excessivo, pressionando ainda mais os recursos naturais da Terra e os serviços ambientais hoje prestados pelos diversos ecossistemas.

O primeiro grande alerta sobre a necessidade de se pensar o consumo em bases sustentáveis está expresso no Documento da Agenda 21 Global – espécie de roteiro para se alcançar a sustentabilidade – debatido e divulgado durante e após a Rio-92. No Documento, tanto a produção quanto o consumo mereceram capítulos específicos com detalhamento e recomendações para torná-los menos impactantes em termos sociais e ambientais.

Mas, enquanto medidas foram tomadas para tornar a produção mais limpa e durante toda a década surgiram inúmeras organizações para promover as tecnologias limpas e a *ecoeficiência* (menor consumo de energia, de água e de matérias primas no processo de produção), pouco se fez em relação ao consumo, além de se estruturar serviços de defesa do consumidor – o que ampliou direitos mas pouco estimulou os deveres.

Isso aconteceu especialmente nos chamados países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, sobretudo por se acreditar que em países como o nosso a demanda por consumo de bens e serviços era reprimida, e que, enfim, consumíamos pouco se comparados a países europeus e os Estados Unidos.

A ideia do “*consumo desigual*” (entre os países do Norte e do Sul) deixou de mobilizar os países pobres ou as economias emergentes, como bem mostraram os dois relatórios da ONU (1998, 2004)ⁱ que focaram o problema do consumo. Em ambos os relatórios fica evidente que o estilo de vida urbano, dominante na maior parte do globo e também na América Latina, repetia o padrão ou a expectativa do padrão de consumo praticado nos países do Norte e que, mesmo em países pobres ou emergentes, cada vez mais as pessoas eram levadas a consumir de maneira não sustentável.

Prosperidade. Recentes estudos mostram que mais do que pertinência a uma

determinada classe social, os padrões de renda levam as pessoas a consumir de maneira muito parecida, sejam elas brasileiras, chinesas ou indianas. Antes da crise econômica mundial de 2009, o mundo conheceu uma década de prosperidade econômica, e a expansão do crédito, associada a políticas de inclusão dos pobres (um dos fortes objetivos do Milênioⁱⁱ – nas suas políticas de combate à pobreza) fez com que milhões de pessoas pudessem consumir bens e serviços de toda espécie.

O já citado Relatório Estado do Mundo afirma que, em 2008, foram comprados 68 milhões de veículos, 85 milhões de geladeiras, 297 milhões de computadores e 1,2 bilhões de celulares. Segundo o mesmo relatório, o consumo teve crescimento exponencial nos últimos 50 anos, aumentando em seis vezes seu volume. E isso não se deu somente porque a população mundial cresceu; os estudos mostram que os gastos individuais triplicaram no período.

Portanto, à medida que o consumo aumenta, extraímos mais combustíveis, mais minerais, derrubamos mais árvores, sobre-exploramos mais nossos rios e oceanos e estressamos mais os nossos solos com cultivos intensivos, além de artificializar mais e maiores áreas para produzir alimentos e edificar nossas cidades.

Em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, quando se fez um balanço da década, ficou patente que a questão do consumo não tinha evoluído na maioria dos países. Embora se possa identificar uma série de grupos militantes e organizações que promovem o consumo frugal ou combatem o consumismo, a maior parte dos governos não implementou políticas públicas robustas que pudessem enfrentar a problemática. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) juntamente com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) foram indicados como agências líderes para promover o Processo de Marrakech, a fim de mudar essa situação. Marrakech, cidade do Marrocos, sediou a reunião que lançou o processo em 2003.

O Processo de Marrakech visa dar aplicabilidade e expressão concreta ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS). Ele solicita e estimula que cada país membro das Nações Unidas e participante do programa, desenvolva seu plano de ação, o qual será compartilhado com os demais países, em nível regional e mundial, gerando subsídios para a construção do “*Global Framework for Action on SCP*”ⁱⁱⁱ.

Diversas ações em âmbito nacional e internacional – e algumas de fato exitosas – têm sido realizadas para promover padrões de produção e consumo mais sustentáveis.

Entretanto é preciso fazer mais e ainda mais rápido, uma vez que todos os relatórios mundiais apontam para cenários catastróficos com as evidências das mudanças climáticas e do *stress* ambiental acentuado da maioria dos ecossistemas terrestres.

O Brasil assumiu junto às Nações Unidas (2002) um importante acordo ao aderir ao Processo de Marrakech. Em 2008, a Portaria nº 44, de 13 de fevereiro instituiu o Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis, articulando vários ministérios e parceiros do setor privado e da sociedade civil, com a finalidade de realizar amplo debate e identificar ações que pudessem levar o Brasil, de forma planejada e monitorada, a buscar padrões mais sustentáveis de consumo e produção nos próximos anos.

Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do Plano aqui apresentado, e submetido à sociedade brasileira, sob a forma de consulta pública, são: em primeiro lugar, fomentar no País um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS tal como se acha estabelecido pelo Processo de Marrakech; em segundo, integrar a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição eqüitativa dos benefícios do desenvolvimento, e a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.

O Plano deve também contribuir para o conjunto de programas que dará origem ao documento global a ser submetido à Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, dando assim dimensão política internacional às realizações do Brasil. Como objetivo complementar, mas não menos importante, deseja-se fomentar processos de colaboração com outros países em nível regional e mundial, viabilizando o aporte de recursos de cooperação técnica e financeira internacionais para implementação dos programas brasileiros ou bilaterais, facilitando o intercâmbio de experiências e conhecimentos importantes para a construção coletiva de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) vem para complementar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado em dezembro de 2008, como resposta do governo brasileiro ao Quarto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), de 2007, que alertou a comunidade internacional sobre o papel das atividades econômicas no aquecimento global.

Enquanto o PNMC volta-se principalmente para as ações governamentais e do setor produtivo, com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa, o PPCS enfatiza o papel do consumidor na demanda por produtos e serviços mais sustentáveis, bem como na responsabilidade individual e coletiva dos cidadãos brasileiros.

Revisões. O Plano apresenta-se como um instrumento que agrega novas possibilidades de ação e sistematiza ações já em curso. Como todo processo aberto e dinâmico, mesmo após encerrado o período de consulta, seguindo-se a sua publicação, estará sujeito a revisões periódicas, abrindo espaço para incorporar novos fundamentos, pressupostos e modificações advindas da própria experiência da implementação, ampliando ou retificando prioridades e metas.

A presente versão do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) foi revisada pela equipe técnica do MMA após diversas reuniões e debates no âmbito do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis. Nesta revisão, na medida do possível, levaram-se em conta as deliberações pertinentes, registradas em quatro Conferências Nacionais de Meio Ambiente, especialmente a terceira (2008) que versou sobre Mudanças Climáticas, e na Conferência Especial de Saúde e Meio Ambiente (2009) que, pela primeira vez, reuniu três ministérios na sua organização – MCidades, MMA e Ministério da Saúde, onde vários dos temas tratados guardam estreita relação com os do Plano. As contribuições advindas da consulta pública, ora em curso, serão incorporadas à proposta de texto final do Plano, que, por sua vez, antes de ser publicado, deverá ser validado pelo Comitê Gestor.

Espera-se que o PPCS, uma vez em vigor, torne-se instrumento de mudança e incentivo para o desenvolvimento de comportamentos mobilizadores, tanto por parte do governo quanto do setor produtivo e da sociedade civil, representando de fato um passo rumo ao compromisso de toda a sociedade brasileira com o desenvolvimento sustentável.

É importante, pois, ressaltar que o atingimento dos objetivos e a garantia de sustentabilidade do Plano – que é nacional e não somente do governo brasileiro ou do MMA – dependem fortemente do engajamento de todos os setores da sociedade, num esforço individual e coletivo.

Finalmente, mudar padrões de produção e consumo significa mudar hábitos, comportamentos, valores, enfim, mudar cultura. É uma tarefa que requer engajamento, mas também ciência e esforço perseverante. Por isso o Plano buscou um patamar realista de intervenção. Entre a utopia da sociedade sustentável (que ainda não existe) e a

sociedade insustentável (que devemos superar), buscou-se um conjunto de prioridades e de focos que pudessem – pedagogicamente – introduzir e (ou) fortalecer práticas que se orientam para o novo paradigma.

O que se quer é uma sociedade mais justa e ecologicamente responsável. Este é o objetivo maior. Economia verde, negócios sustentáveis, produtos, bens e serviços que causem o menor impacto ambiental possível e minimizem riscos à saúde humana são parte da receita para lá se chegar. Quem decide somos nós, cidadãos, consumidores que somos de bens tangíveis e intangíveis. Aqui e agora, somos nós, seres humanos, produtores de bens simbólicos, capazes de projetar um mundo melhor antes de materializá-lo na realidade, que podemos de fato fazer da sustentabilidade um valor encarnado em nossos hábitos cotidianos, em nosso consumo diário. O Plano é um convite e uma convocação para passar da reflexão à ação.

1. HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A preocupação com questões relativas à poluição e a outros problemas ambientais causados pelas atividades de produção e consumo surge na sociedade brasileira na segunda metade do século XX. Já nos anos 60 podem ser encontrados exemplos de legislação e de organizações técnicas ou da sociedade civil preocupadas com tais questões. Mas a partir dos anos 80 e 90 é que o ambiente industrial brasileiro passou a incorporar de forma mais ampla procedimentos de reciclagem, prevenção de poluição e outras preocupações com passivos ambientais, ainda essencialmente dentro do modelo de comando e controle, apoiados na regulamentação e na fiscalização pelo Estado.

A despeito de tais medidas, o crescimento significativo do consumo e a pressão da demanda para o incremento da produção continuaram a provocar o aumento de todas as formas de resíduos, assim como a exploração cada vez mais intensa dos recursos naturais.

Controlar os malefícios resultantes dessa situação – que implicava inclusive em grandes desperdícios – foi se tornando um desafio cada vez mais complexo. Resíduos sólidos, efluentes líquidos ou emissões gasosas significam matérias-primas secundárias ou potenciais desperdiçados nas etapas de produção ou descarte e que, além de prejuízos econômicos, acarretam conseqüências desastrosas, muitas vezes irreparáveis ao meio ambiente, com reflexos também na saúde e no bem-estar da população.

Como conseqüência dos estímulos advindos das Conferências de Estocolmo (1972) e do Rio de Janeiro (1992), foi desenvolvido um novo comportamento produtivo, que procura aproveitar ao máximo as matérias-primas utilizadas no processo, evitando a geração dos resíduos durante e após a produção, que se designou Produção Mais Limpa (P+L). Por meio das metodologias e tecnologias de P+L tem sido possível observar a maneira pela qual cada processo de produção pode se tornar mais limpo e mais eficiente, seja na economia de água, na redução da energia utilizada, na quantidade de matéria prima, ou ainda na geração intermediária ou final de resíduos. Hoje os desafios estão tanto antes quanto após o processo de produção, no *ecodesign* – no próprio desenho dos produtos, na substituição de materiais e nas embalagens. Com uma legislação cada vez mais restritiva à geração de externalidades, vem aumentando a preocupação com o pós-consumo dos produtos, quando não têm mais vida útil ou se tornaram obsoletos. Todos estes novos conceitos levam hoje o setor produtivo mais progressista ou mais competitivo a falar de análise de ciclo completo dos produtos, ampliando significativamente os níveis

de intervenção que buscam maior sustentabilidade na produção de bens e serviços.

Não é uma transição fácil nem tão rápida quanto se poderia desejar. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, recém-aprovada pelo Senado e sancionada pelo Presidente da República, por exemplo, levou vinte anos tramitando no legislativo federal. Mas hoje ela é uma realidade e inaugura um novo patamar tanto para a produção quanto para uma nova economia da reciclagem no País.

1.1 Conexões entre a Agenda 21, P+L e PCS

A Agenda 21 Global, em 1992, já trazia em seu Capítulo 30 - *Fortalecimento do Papel do Comércio e da Indústria* a concepção de P+L como base para ação de governos e empresas, inclusive transnacionais. O fortalecimento da P+L era indicado como meio para aumentar a eficiência da utilização de recursos, a diminuição na produção de dejetos e a reutilização e reciclagem de resíduos.

Ao mesmo tempo, o Capítulo 4, *Mudança dos padrões de consumo*, indicava a necessidade de “*Desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo*” e apontava este tema como transversal às questões de energia, transportes, resíduos, instrumentos econômicos e transferência de tecnologia, mostrando a estreita conexão entre as duas problemáticas.

Sendo um dos países que adotou por consenso o documento global da Agenda 21 e da Declaração do Rio, o Brasil publica em 2002 a Agenda 21 Brasileira, lançando uma série de diretrizes e linhas programáticas que foram parcialmente implementadas por meio de diversos programas nos anos seguintes. Mediante processo participativo que envolveu milhares de pessoas em todo o País em quase três anos de consulta, a Agenda 21 Brasileira traz como seu Objetivo nº 1 a “*Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício*”, enfatizando a necessidade de poupar e conservar, e de criar novos hábitos de consumo. Além do engajamento das instituições e dos cidadãos, sublinha o papel da mídia na mobilização e conscientização da população.

A Agenda 21 Brasileira também aponta, no Objetivo nº 2 - “*Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas*”, a necessidade de criação de centros de P+L e da promoção de parcerias para a inovação e a transferência de tecnologia; além de mencionar mecanismos que só recentemente ganharam corpo no Brasil, como a certificação e a rotulagem.

Tanto o PNMC (dezembro de 2008) quanto o PPCS agora lançado reforçam

diretrizes e recomendações da Agenda 21 Brasileira, especialmente no que diz respeito à necessidade de se desenvolver tecnologias mais limpas e poupadoras de recursos naturais, à conservação de energia e à atribuição de valores econômicos aos recursos naturais. Conceitualmente, a premissa da “responsabilidade compartilhada” estabelece um laço de solidariedade ética e jurídica que envolve e engaja todos os setores da sociedade, quer na prevenção, na mitigação ou na recuperação de ativos ambientais já degradados ou em estágios diferenciados de degradação. A noção de ativos ambientais demanda a valoração econômica dos bens ambientais e toda uma discussão do princípio poluidor-pagador ou do usuário-pagador, encontrando ressonância na Lei Nacional dos Recursos Hídricos (1998) que até hoje é considerada o marco legal mais avançado na gestão de um recurso natural estratégico, no caso, a água.

1.2 O conceito de P+L

Em consonância com os acordos multilaterais estabelecidos na Rio 92, o conceito de Produção Mais Limpa foi definido conjuntamente pela Organização pelo Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO) e pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA), no início da década de 1990, como a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva integrada aos processos, produtos e serviços com o intuito de aumentar a ecoeficiência e reduzir os riscos à saúde e ao meio ambiente.

Ao longo da última década, o conceito de P+L foi ampliado devido às pressões de organizações não governamentais, dos consumidores, e também devido à própria dinâmica do mercado que tornou o desempenho ambiental das empresas um fator de competitividade.

Também contribuíram para isso as crescentes preocupações com o aquecimento global e outras evidências de que o atual paradigma na produção e no consumo está ultrapassando os limites da capacidade de suporte do nosso planeta. Além das variáveis já clássicas (redução no consumo de matérias primas, água e energia, além do tratamento dos resíduos), o conceito de P+L passou a incorporar a idéia de que uma produção mais limpa é um padrão que emite menos gases do efeito estufa. Uma nova literatura propõe que a produção mais limpa é a “produção de baixo carbono”.

1.3 O conceito de PCS

A evolução do conceito de produção mais limpa, em termos ecológicos, levou rapidamente à evidência de um mercado consumidor mais receptivo à mudança. Pesquisas de opinião internacionais, realizadas desde os anos 70 (Green Consumers) com consumidores, e também pesquisas nacionais recentes, como a pesquisa do Instituto Akatu (*Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente?*), mostram que cerca de 70% dos consumidores apresentam posicionamento que valoriza positivamente produtos, bens e serviços que agregam algum benefício social ou ambiental. Assim, juntamente com a ideia de redução do consumo, surgiu a caracterização do consumo responsável. O consumo responsável remete à ideia de que o consumidor detenha informação sobre o ciclo longo do produto: que vai desde a produção, passando pelo consumo e também pelo que ocorre no pós-consumo. Essa formulação, não tão óbvia a princípio, mostrou a necessidade de juntar as duas pontas do ciclo, pensando sistemicamente tanto a produção quanto o consumo como uma só linha de vida de cada produto ou serviço.

Nos termos do Processo de Marrakech, “produção sustentável” pode ser entendida como sendo a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais. Acredita-se que esta abordagem reduz, prevenindo mais do que mitigando, impactos ambientais e minimiza riscos à saúde humana, gerando efeitos econômicos e sociais positivos.

Vista numa perspectiva planetária, a produção sustentável deve incorporar a noção de limites na oferta de recursos naturais e na capacidade do meio ambiente para absorver os impactos da ação humana. Uma produção sustentável será necessariamente menos intensiva em emissões de gases do efeito estufa e em energia e demais recursos. Uma produção sustentável pensa o ciclo completo dos produtos – do berço ao berço (*cradle to cradle*). A produção sustentável procura alongar a vida útil dos produtos e reaproveitar ao máximo possível os insumos da reciclagem em novas cadeias produtivas.

Já o “Consumo Sustentável” é aquele que demanda tais produtos e serviços, considerando como estes podem atender as necessidades humanas (alimento, abrigo, vestuário, lazer, mobilidade), reduzindo ao máximo os impactos ambientais em todo o ciclo de vida e mantendo-se dentro da capacidade de carga dos ecossistemas.

O conceito de PCS, porém, é mais que a soma das duas partes acima descritas: trata-se da aplicação de uma abordagem integrada entre produção e consumo, com vistas

à sustentabilidade, entendendo-se que há uma relação de influência e dependência recíproca entre essas duas dimensões da ação humana; a produção afeta o consumo (por exemplo, por meio de *design* de produtos e dos apelos do *marketing*), mas também o consumo afeta a produção, na medida em que as escolhas dos consumidores influenciam as decisões dos produtores – por exemplo, os casos de boicote a determinados produtos que poluem o meio ambiente ou causam danos à saúde levaram empresas a processos corretivos bem sucedidos.

1.4. O Processo de Marrakech

O Plano de Johannesburgo (aprovado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável/Rio+10, em 2002) propôs a elaboração de um conjunto de programas, com duração de dez anos (*10 Years Framework Program*), que apoiem e fortaleçam iniciativas regionais e nacionais para promoção de mudanças nos padrões de consumo e produção.

Sob a coordenação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), o Processo conta também com a essencial participação de governos nacionais, agências de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil e outros atores.



Figura 1 Mecanismos do Processo de Marrakech em PCS

Fonte: Adaptada MMA, 2010. "Frequently Asked Questions The Marrakech Process". United Nations Environment Program (2009): 11.

No ano em que o Brasil iniciou sua participação no Processo de Marrakech, 2007, o Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o PNUMA, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizaram em São Paulo, a "Mesa

Redonda Nacional sobre Consumo e Produção Sustentáveis”.

O evento permitiu a troca de informações dos diferentes níveis de governo, iniciativa privada e terceiro setor, sobre consumo e produção sustentáveis, além de ter propiciado oportunidade para discutir perspectivas, desafios e temas prioritários relacionados ao assunto. Igualmente favoreceu o intercâmbio de informações entre o Brasil e outras regiões, com destaque para a União Européia.

A adesão ao Processo de Marrakech estimula o desenvolvimento de programa de atividades que leve à elaboração de um Plano de Ação. Para ajudar neste trabalho, o PNUMA e seus parceiros criaram sete Forças-Tarefa^{IV} (*Task Forces*), cada qual encarregada de um tema no contexto do “10-Year Framework of Programmes on SCP – 10YFP” (Joanesburgo 2002) – os resultados deste primeiro marco de programa serão submetidos à Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU em 2011.

As *Task Forces* contam com a participação de especialistas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes grupos são iniciativas voluntárias, coordenadas pelos governos que, em cooperação com outros países, se propõem a realizar um conjunto de atividades em nível nacional ou regional, relatando avanços em relação aos objetivos traçados. O intuito das Forças-Tarefa criadas foi o de reunir experiências mais avançadas em PCS nos países para poder disseminá-las, incluindo manuais metodológicos.

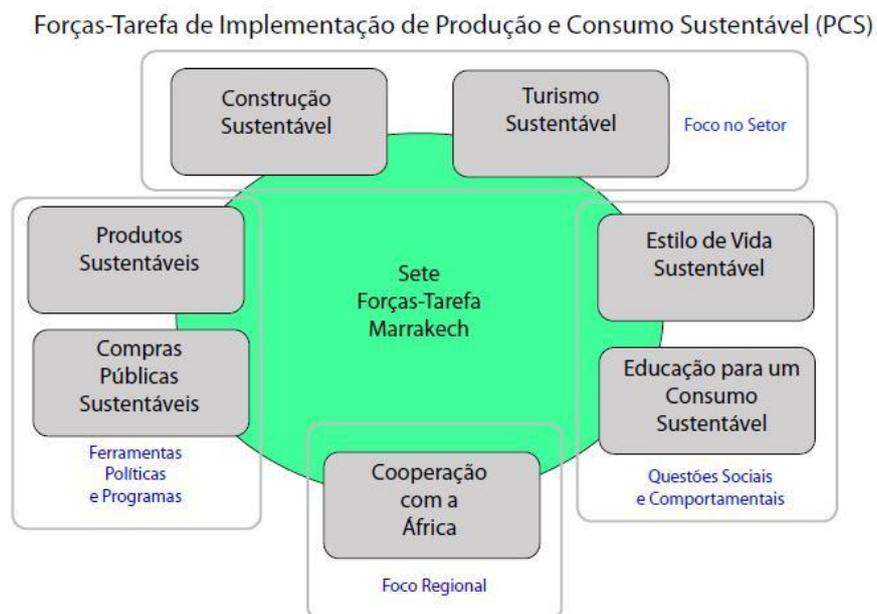


Figura 2. Sete Forças-Tarefas Marrakech

Fonte: Adaptada MMA, 2010. “Frequently Asked Questions The Marrakech Process”. United Nations Environment Program (2009): 20.

Reuniões periódicas do Processo de Marrakech têm sido realizadas em nível global (*International Expert Meetings*), nível regional (*Regional Expert Meetings*), como também em nível nacional (mesas-redondas, seminários), além dos encontros periódicos promovidos pelas Forças-Tarefa.

Nesta etapa inicial do Processo de Marrakech foram previstas quatro fases:

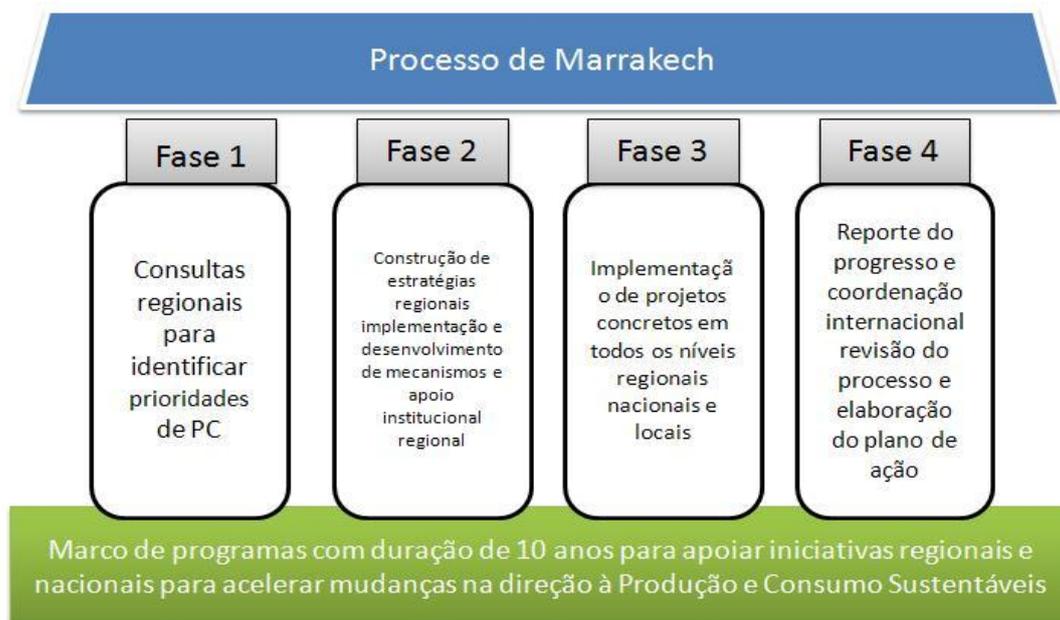


Figura 3. Fases do Processo de Marrakech

Fonte: Adaptada MMA, 2010. "Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), The Marrakech Process. Disponível em <http://www.unep.fr/scp/marrakech>.

Apesar de haver certo grau de superposição entre essas fases, pode-se dizer que as atividades no Brasil hoje estão, predominantemente, na fase 3, mas também com ações em andamento nas demais, especialmente nas fases 2 e 4.

1.5 A Política de Produção e Consumo do MERCOSUL

No âmbito do MERCOSUL, destaca-se a "Política de Promoção e Cooperação em Produção e Consumo Sustentável do MERCOSUL", aprovada pelo Conselho do Mercado Comum em junho de 2007 (Decisão 26/07), cujas bases foram assentadas pelo Projeto

“Competitividade e Meio Ambiente: Fomento à Gestão Ambiental e a Produção Mais Limpa” – CyMA.

O projeto CyMA – o primeiro de Cooperação Técnica entre o MERCOSUL e a Alemanha – iniciou-se em 2002 e desenvolveu-se dentro de uma parceria entre o Subgrupo de Trabalho do MERCOSUL nº 6 – Meio Ambiente (SGT-6) e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ). Insere-se na política de integração regional, tendo proporcionado avanços importantes no tema de P+L e contribuído para o desenvolvimento sustentável do setor produtivo no MERCOSUL.

O principal objetivo do Projeto CyMA foi o desenvolvimento da cooperação entre o setor público e privado, visando o delineamento e a implementação de uma estratégia preventiva de aumento da competitividade e melhoria do desempenho ambiental, preferencialmente nas pequenas e médias empresas.

Um dos objetivos principais da Política de Promoção e Cooperação em Produção e Consumo Sustentável do MERCOSUL é servir como base comum para os Estados Membros na elaboração de seus planos nacionais em PCS.

1.6 Avanços do Brasil em Produção e Consumo Sustentáveis

Foram identificadas, nos últimos anos no Brasil, inúmeras iniciativas em produção e consumo sustentáveis no âmbito das três esferas do governo, no setor produtivo e no segmento da sociedade civil. Alguns exemplos são ilustrativos desse esforço:

Boas Práticas Agropecuárias – O governo vem desenvolvendo programas para incentivar as boas práticas no setor agropecuário, tais como: o Programa Nacional de Abate Humanitário (STEPS), a coleta e destinação adequada de embalagem de agrotóxicos, o apoio ao sistema de rastreabilidade de carne bovina, e o fomento de tecnologias sustentáveis como o plantio direto e a produção integrada lavoura-pecuária-floresta.

Campanhas de Consumo Consciente – É crescente o número de campanhas realizadas pelas organizações não governamentais e pelo governo com o objetivo de informar e conscientizar o cidadão. Exemplos: *Saco é um Saco* (MMA) visando à redução do uso de sacolas plásticas; *Nota Verde* (MMA) informando o consumidor sobre o desempenho ambiental de veículos automotores; *Hora do Planeta* (WWF) chamando

atenção para a necessidade de reduzir o consumo de energia; *Mais é Menos* (Instituto Akatu) mostrando a disfunção do consumo predatório.

Compras Públicas Sustentáveis – A Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, lançada pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, dotando de base jurídica segura uma prática que vem sendo abraçada por vários órgãos da administração pública federal, estadual e municipal há quase uma década;

Portal de Contratações Públicas Sustentáveis – conduzido pelo MPOG, o Portal visa reunir informações sobre boas práticas sustentáveis, estudos, trocas de experiência e publicações sobre as contratações públicas sustentáveis do governo (<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/>).

Novo Protocolo Verde ou Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental – O novo Protocolo contém diretrizes, estratégias e mecanismos operacionais para incorporar a variável ambiental na gestão das instituições financeiras públicas. Bancos públicos são signatários do documento (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste), onde se comprometem a implementar e seguir as inovadoras diretrizes de sustentabilidade. Nesta segunda versão, alguns bancos privados aderiram a esta iniciativa: Bradesco, Cacique, Citibank, HSBC, Itaú, Unibanco, Safra, Santander Brasil – Real.

Estímulo às Cooperativas de Catadores – O Decreto nº 5.940/2006 institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. O decreto demonstra uma postura pública de responsabilidade socioambiental frente a questão da reciclagem e da inclusão produtiva e social dos catadores.

Fixação de Preço Mínimo de Produtos do Extrativismo – O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi lançado em Manaus em 2009. Sob a coordenação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Plano Nacional é fruto de um esforço coletivo, envolvendo também outros Ministérios e setores nesse processo. O plano visa o apoio e

fomento dos produtores locais e regionais, com o objetivo de fortalecer as Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e dos extrativistas, além da construção de mercados sustentáveis. As primeiras cadeias a serem abordadas, tendo em vista o seu uso e relevância ambiental e socioeconômica são: Castanha-do-Brasil e Babaçu.

Varejo Sustentável – Em 2008, o fórum “Conexões Sustentáveis: São Paulo-Amazônia” demonstrou a ligação entre o desmatamento da floresta e os hábitos de consumo na maior cidade do País. A partir daí, três pactos setoriais – da carne, da soja e da madeira – foram firmados entre varejistas, ONGs e produtores, para tornar sustentáveis estas cadeias de produção e ofertar apenas produtos com certificação de origem aos consumidores. A campanha “Saco é um Saco” do Ministério do Meio Ambiente estimulou varejistas, governos municipais e estaduais e a sociedade civil a rever o uso de sacolas plásticas. Desde o lançamento da campanha, em junho de 2009, as iniciativas das grandes redes varejistas e a mobilização popular já evitaram mais de 800 milhões de sacolas plásticas no Brasil.

ISE BOVESPA – O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) mede o retorno total de uma carteira teórica composta por ações de empresas comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial. Atualmente a carteira do ISE é composta por 43 ações de 34 companhias. Elas representam 15 setores e somam R\$ 730 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 32,21% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na BM&F/BOVESPA (em 24/11/2009). Três setores estão estreando no índice: construção civil, seguros e máquinas e equipamentos.

Selo PROCEL – O Selo PROCEL de economia de energia é um certificado desenvolvido e concedido pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME, com sua Secretaria-Executiva mantida pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás. Seu principal objetivo é mostrar ao consumidor, no ato da compra, que produtos apresentam os melhores índices de eficiência energética, dando oportunidade de escolha baseada na economia de sua conta de energia elétrica. Além disso, também estimula a produção e comercialização de produtos que apresentem esta maior eficiência, acelerando nosso desenvolvimento tecnológico e a preservação dos recursos naturais.

Procel Edifica – O Plano de Ação para Eficiência Energética do governo visa construir as bases necessárias para racionalizar o consumo de energia nas edificações no Brasil promovendo o uso racional da energia elétrica com o objetivo de incentivar a conservação e o uso eficiente dos recursos naturais (água, luz, ventilação etc.).

Construção Sustentável – Destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida, que apóia a instalação de equipamentos de aquecimento solar de água nas casas do programa de habitação para populações de baixa renda.

Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P – Programa que visa a implementação da gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do governo. Dentre seus princípios estão a inserção dos critérios ambientais nas licitações; gestão adequada dos resíduos gerados; programas de conscientização no uso de materiais e recursos dentro dos órgãos governamentais, além da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos – SIRB – As Bolsas de Resíduos são serviços de informações concebidas para identificar mercados para aos resíduos provenientes das atividades produtivas. As Bolsas são importantes instrumentos de gerenciamento de resíduos que, possibilitam agregar valor aos mesmos ao viabilizar seu uso como matéria-prima ou insumo, para a fabricação de novos produtos. Sua principal função é servir como guia para promoção de oportunidades de negócios, a fim de evitar o desperdício e permitir melhor qualidade, menor custo e menor impacto ambiental. O Sistema Integrado é patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI e tem a participação de Bolsas de Resíduos de várias Federações de Indústrias do País (<http://www.sibr.com.br/>).

Resíduos Sólidos – A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, é fruto da articulação dos setores público, produtivo e da sociedade civil, e estabelece a responsabilidade compartilhada entre todos estes atores para a redução da geração e correta destinação dos resíduos sólidos. A PNRS é também um novo marco para a produção, pois prevê a logística reversa e tem como um de seus objetivos o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção de bens e serviços.

Inovação Tecnológica – Destaque para o Portal Inovação do MCT, que reúne atores de inovação e da plataforma Lattes. A plataforma funciona como uma cooperação tecnológica, onde são disponibilizadas as demandas das empresas e cadastrados os currículos e competências dos especialistas do mercado.

Nota Verde – O governo lançou, em setembro de 2009, o sistema que permite aos motoristas saber quanto seus carros poluem. A Nota Verde vai de 0 a 10, recebendo 10 o modelo mais ecológico, e é calculada a partir de dados sobre as quantidades de monóxido de carbono, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio jogados no ar. Os

elementos estão entre os principais poluentes atmosféricos e a lista é atualizada à medida que novos modelos entram no mercado.

Turismo Sustentável – A campanha *Passaporte Verde*, iniciativa dos Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, visa estimular o turista a adotar um comportamento de consumo responsável, e assim dar a sua contribuição para a conservação da natureza e a valorização da cultura dos destinos visitados, tornando a viagem mais prazerosa e recompensadora tanto para o turista quanto para a comunidade visitada. A campanha faz parte da Força-Tarefa de Turismo Sustentável do Processo de Marrakech, coordenada pela França.

Programa de Substituição de Geladeiras – O programa, liderado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, em parceria com o MMA, MDIC, MDS, Ministério da Fazenda, e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, juntamente com o setor industrial e varejistas, visa a substituição de refrigeradores ultrapassados por equipamentos novos, tendo em vista o uso eficiente da energia elétrica. Outro ponto importante é o descarte correto dos aparelhos antigos, garantindo a reciclagem do CFC (gás utilizado para a refrigeração de grande impacto na camada de ozônio). O programa tem como meta substituir 10 milhões de refrigeradores em 10 anos, gerando economia de 14 TWh e consequente redução de mais de 4 milhões de tCO₂. O MME está negociando 100 milhões de reais para o primeiro ano do programa. É importante salientar que, além de garantir os benefícios energéticos e ambientais, o programa possui cunho social: prevê subsídios para consumidores de baixa renda e incentiva a reciclagem especializada.

Programa de Qualidade Ambiental – COLIBRI/ABNT – O programa, que tem como logomarca um colibri, desenvolve mecanismos de reconhecimento mútuo entre programas nacionais de rotulagem ambiental de produtos e serviços. O Colibri poderá ser utilizado como ponto de partida para discussão de um futuro Programa Brasileiro de Rotulagem Ambiental, que facilitará o acesso de nossos produtos a mercados mais exigentes e também contribuirá para maior conscientização da necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

2. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS – PPCS

2.1 A criação do Comitê Gestor

Em 2003, foi instituído no Brasil o Comitê Gestor de Produção Mais Limpa, no âmbito do MMA (Portaria nº 454, de 28/11/2003), e estabelecidos nove Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa (Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Pernambuco).

Na reunião do dia 31/10/07, o Comitê Gestor de Produção Mais Limpa decidiu ampliar seu escopo de atuação, passando a denominar-se, pela Portaria MMA 44/08, Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (CGPCS).

O Comitê é o responsável pela elaboração e implementação do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS. A primeira versão do Plano, de maio de 2008, incluiu a definição de seus antecedentes e escopo, a indicação das estruturas com que contaria e a definição de um conjunto de prioridades designando os responsáveis por implementá-las.

Tais estruturas – que continuam em vigor – são as seguintes:

- Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis - CGPCS (Port. MMA 44/08);
- Ministério do Meio Ambiente, especialmente a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC (por meio da Diretoria de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental – DCRS) e a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental-SMCQ (por meio da Diretoria de Qualidade Ambiental na Indústria – DQAM);
- Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa;
- Rede de Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa;
- Integrantes do CGPCS, especialmente os diretamente engajados nos grupos de trabalho responsáveis pela implementação das prioridades estabelecidas para o PPCS. De acordo com a portaria MMA 44/08, são eles:
 - Ministério do Meio Ambiente (MMA);
 - Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT);
 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);

- Ministério de Minas e Energia (MME);
- Ministério das Cidades;
- Ministério da Fazenda (MF);
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS;
- Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE;
- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABIPTI;
- Central Sindical envolvida em atividades de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável;
- Fundação Getúlio Vargas – FGV;
- Instituto Ethos;
- Confederação Nacional do Comércio – CNC;
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC;
- Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRES.

É importante lembrar que outros participantes poderão ser convidados para colaboração nos trabalhos, a critério da coordenação do CGPCS. Poderão também ser futuramente incorporados formalmente, em eventual revisão da portaria em vigor.

É papel do Comitê Gestor acompanhar, direcionar e promover as atividades de desenvolvimento e implementação do PPCS e de suas prioridades, criando as condições no Brasil para uma efetiva mudança paradigmática no processo de produção e consumo. Estas prioridades deverão ser refletidas nos trabalhos dos Fóruns Estaduais.

A secretaria-executiva do CGPCS compete ao Ministério o Meio Ambiente. Porém, a implementação de suas propostas depende dos recursos disponibilizados por cada uma das instituições participantes ou colaboradoras.

2.2 A primeira versão do Plano

A primeira versão do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), disponibilizada no site do PNUMA em maio de 2008, consolidou os trabalhos desenvolvidos ao longo de um ano, iniciados no âmbito do então Comitê Gestor de Produção Mais Limpa. Envolveu um amplo e diversificado grupo de organizações da sociedade brasileira – tanto governamentais quanto não governamentais – sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Na mesma época, porém, e com vistas a contribuir para Cúpula do Clima em Copenhague, o MMA iniciou a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado em dezembro de 2008. Dada a conexão entre os temas e os dois planos, foi tomada a decisão, após consulta ao Comitê Gestor, de rever o PPCS, de modo a compatibilizá-lo com o PNMC, identificando sinergias e pontos de confluência de modo a permitir que as ações previstas em ambos os planos pudessem conjugar resultados no atingimento de objetivos iguais ou semelhantes.

2.3 Conexões com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC

Entre julho e agosto de 2009, após o cotejamento dos dois Planos por um consultor externo, realizou-se um seminário com os membros do Comitê Gestor – já Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis – para discussão e complementação da proposta do plano revisado. O critério adotado para a revisão foi destacar os pontos de confluência explícita entre os dois planos que mereciam ser mencionados no PPCS. A própria natureza interdependente e sistêmica das questões da sustentabilidade faz com que – de uma forma ou de outra – quaisquer propostas relacionadas à mitigação das mudanças do clima tenham relações com questões de PCS e vice-versa.

Já na introdução do PNMC (página 14 do documento publicado) é dito que:

“Para alcançar os objetivos do Plano, serão criados novos mecanismos econômicos, técnicos, políticos e institucionais que:

- Promovam o desenvolvimento científico e tecnológico do setor produtivo, que inclua as considerações ambientais a favor da coletividade;*
- Aumentem a consciência coletiva sobre os problemas ambientais da atualidade e propiciem o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária;*
- Valorizem a floresta em pé e façam com que a conservação florestal seja uma atividade*

atraente, que gere riqueza e bem-estar àqueles que dela vivem;

• Incentivem e estimulem medidas regionais que sejam adequadas às condições diferenciadas, onde cada região e mesmo cada estado da nação possa identificar suas melhores oportunidades de redução de emissões e remoção de carbono, e suas necessidades de adaptação à mudança do clima.”

É facilmente verificável que todas as dez prioridades definidas na versão original do PPCS podem ser enquadradas em uma ou mais das disposições acima.

Mais adiante, na página 27, o PNMC apresenta seus sete objetivos específicos:

- Fomentar aumentos de eficiência no desempenho dos setores da economia na busca constante do alcance das melhores práticas;
- Buscar manter elevada a participação da energia renovável na matriz elétrica, preservando a posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional;
- Fomentar o aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e, ainda, atuar com vistas à estruturação de um mercado internacional de biocombustíveis sustentáveis;
- Buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero;
- Eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015;
- Fortalecer ações intersetoriais voltadas para redução das vulnerabilidades das populações;
- Procurar identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas para que se possa traçar uma estratégia que minimize os custos sócio-econômicos de adaptação do País.

Tais objetivos são diretamente vinculáveis com objetivos e ações de PCS, na medida em que – como se detalha mais adiante no próprio PNMC – as propostas concretas para sua consecução recomendam ação integrada, tanto pelo lado da produção quanto do consumo.

A revisão levou o PPCS a fortalecer as interfaces com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e prevê o desenvolvimento de iniciativas conjuntas. A comparação entre os dois Planos levou o Comitê Gestor a sugerir, ainda, novas ações relacionadas à eficiência energética, ao combate ao desperdício, e à criação e expansão de mercados

para produtos florestais sustentáveis.

2.4 Conexões com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP

A Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP foi lançada em 12 de maio de 2008 e representa um compromisso conjunto de diversos órgãos de Governo e representantes do setor produtivo na construção e implementação de um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento produtivo nacional. Sua principal característica repousa na coordenação com outros programas de Governo e na participação efetiva do setor produtivo do País.

À época de seu lançamento, a economia nacional encontrava-se em franca expansão. Nesse sentido, o objetivo central da PDP era “*dar sustentabilidade ao ciclo de expansão existente*”. A crise econômica mundial, no último trimestre de 2008, interrompeu aquele ciclo de expansão, obrigando a uma mudança no objetivo central da Política. Considerando que o Brasil teve um bom desempenho no gerenciamento da crise, o novo objetivo passou a focalizar um melhor posicionamento estratégico da economia brasileira no contexto pós-crise.

O objetivo central da PDP se expressa em quatro macro-metas e desafios a serem enfrentados para obtenção de um novo patamar de competitividade da indústria nacional: ampliação do investimento fixo; elevação do gasto privado em P&D (pesquisa e desenvolvimento); ampliação da participação das exportações brasileiras; e dinamização das micro e pequenas empresas.

A implementação da PDP estrutura-se em três níveis:

- 1) **Ações Sistêmicas:** relativas a condições de competitividade, com incidência direta sobre o desempenho da estrutura produtiva, especialmente nos planos fiscal-tributário, do financiamento ao investimento e à inovação, e da segurança jurídica;
- 2) **Destaques Estratégicos:** temas de política pública que não têm dimensão sistêmica, mas são importantes para a construção de bases sólidas para o desenvolvimento produtivo do País no longo prazo, tais como fortalecimento de micro e pequenas empresas, exportações, regionalização, produção limpa, integração com a América Latina, Caribe e África;

3) Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos: organizados por setores produtivos e orientados por objetivos estratégicos, tendo por referência a diversidade da estrutura produtiva do País.

A articulação mais direta com o tema da produção e do consumo sustentáveis se dá por meio do Comitê Executivo - Produção Sustentável (CEPS), um dos Destaques Estratégicos da PDP e, também, por meio de inúmeras ações desenvolvidas nos demais Comitês Executivos. Além disso, destaca-se que a problemática da sustentabilidade da produção foi considerada tema transversal prioritário a partir da reunião plenária do PDP de junho passado, permitindo que muitas ações previstas em seus programas atendam aos conceitos de ecoeficiência.

A estratégia de ação do CEPS para o período 2011-14 prevê uma agenda específica focada em investimentos na indústria de bens e serviços ambientais. Desse modo, as ações e programas resultantes do esforço do Comitê Executivo - Produção Sustentável podem ser automaticamente integradas ao PPCS. Como o CEPS também é coordenado pelo MMA, pode funcionar como formulador e articulador de programas e ações com rebatimento direto tanto na política industrial, quanto no PPCS. Por exemplo, no âmbito da PDP-II, 2011-2014, já estão previstas ações transversais de produção limpa a serem induzidas nos comitês setoriais selecionados, entre as quais destacamos o da siderurgia, mineração, plásticos, construção civil, bioenergia e madeira & móveis.

Outra proposta dessa mesma agenda é definir os investimentos governamentais em “mercados ambientais prioritários”, tais como os de resíduos sólidos, saneamento básico, eficiência energética, e redução de emissões de GEE. Estudos de referência prévios, com a finalidade de estabelecer o estado da arte da produção limpa, de boas práticas tecnológicas e gerenciais serão contratados e deverão sem dúvida servir como insumos para novas ações do PPCS.

Espera-se, nesta fase de consulta, que muitos insumos que estão servindo à elaboração de programas, projetos e ações da PDP possam ser incluídos neste Plano, enriquecendo o leque de ações relacionadas ao objetivo de tornar a produção brasileira mais limpa e mais competitiva.

2.5 Conexões com a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei nº 12.305, de 03 de agosto

de 2010 – estabelece novos princípios, objetivos e instrumentos para a gestão de resíduos sólidos no Brasil. Pelo princípio da **responsabilidade compartilhada**, talvez o principal marco conceitual da nova Lei, geradores de resíduos, tanto públicos como privados – incluindo os consumidores –, têm responsabilidade definida e devem cooperar para que os objetivos da PNRS sejam alcançados.

Embora o foco da Lei seja a **gestão de resíduos** – referindo-se sobretudo à disposição e destinação adequadas – ela tanto diz respeito aos resíduos gerados no processo industrial (de fabricação dos produtos), como na fase de comercialização, consumo e pós-consumo, alcançando sua competência, portanto, em todas as etapas do ciclo, que vai da produção ao pós-consumo (quando os produtos não têm mais vida útil).

Por isso, pode-se dizer que a PNRS é perfeitamente consonante com o princípio dos **3Rs – reduzir, reutilizar, reciclar**, que tem pautado os programas de incentivo à reciclagem aqui no Brasil e no mundo. É também perfeitamente consonante com o Plano de Ação em PCS, pois a noção de que é necessário rever todo o processo de produção e todo o ciclo de vida dos produtos, incluindo reaproveitamento de materiais descartados na fase do pós-consumo e destinação adequada dos rejeitos (o que não tem aproveitamento) é matricial no Plano. Em outras palavras, não só a PNRS está totalmente alinhada com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, como este é na verdade um dos instrumentos de sua aplicação prática.

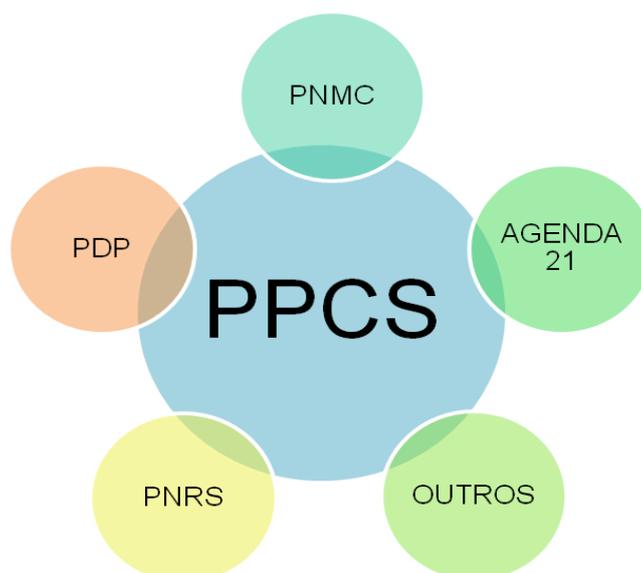
A Lei considera como geradores de resíduos sólidos todas as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo (Art. 3º, IX). Desta maneira, deixa clara a responsabilidade de todos – industriais, empresários, poder público e consumidores – tanto na busca pela diminuição dos resíduos gerados na fonte (produção), quanto na fase intermediária (distribuição, comercialização), e, ainda, nas atividades diárias de consumo. A identidade da PNRS com as ações previstas no PPCS é total e inseparável, como destacamos no quadro comparativo a seguir:

<p align="center">Objetivos da PNRS (art. 7º)</p>	<p align="center">Prioridades do PPCS afins</p>
<p>II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como na disposição final</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Varejo e consumo sustentável; • Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P;

<p>ambientalmente adequada dos rejeitos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis; • Inovação e difusão de tecnologias em PCS; • Aumento da reciclagem de resíduos sólidos; • Educação para o consumo sustentável; • Compras públicas sustentáveis
<p>III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação para o consumo sustentável; • Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P.
<p>IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação e difusão de tecnologias em PCS; • Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis.
<p>VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da reciclagem de resíduos sólidos; • Compras públicas sustentáveis; • Inovação e difusão de tecnologias em PCS; • Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis.
<p>XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais para:</p> <p>a) produtos reciclados e recicláveis;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compras públicas sustentáveis; • Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P; • Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis

<p>b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;</p>	
<p>XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rotulagem e análise do ciclo de vida; • Inovação e difusão de tecnologias em PCS; • Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis.
<p>XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia; • Aumento da reciclagem de resíduos sólidos; • Fomento à Produção e Consumo Sustentáveis
<p>XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rotulagem e análise do ciclo de vida • Educação para o consumo sustentável • Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P

O PPCS delinea prioridades que estimularão a produção e consumo sustentáveis no País, o que reduzirá a geração de resíduos e promoverá o melhor aproveitamento de matérias-primas e materiais recicláveis. A PNRS, por sua vez, ao redefinir o olhar dos diversos setores sobre os resíduos sólidos, determinando responsabilidades compartilhadas e instrumentos com impactos diretos sobre o processo produtivo e também sobre os consumidores, favorecendo o cenário para que as ações do PPCS sejam concretizadas.

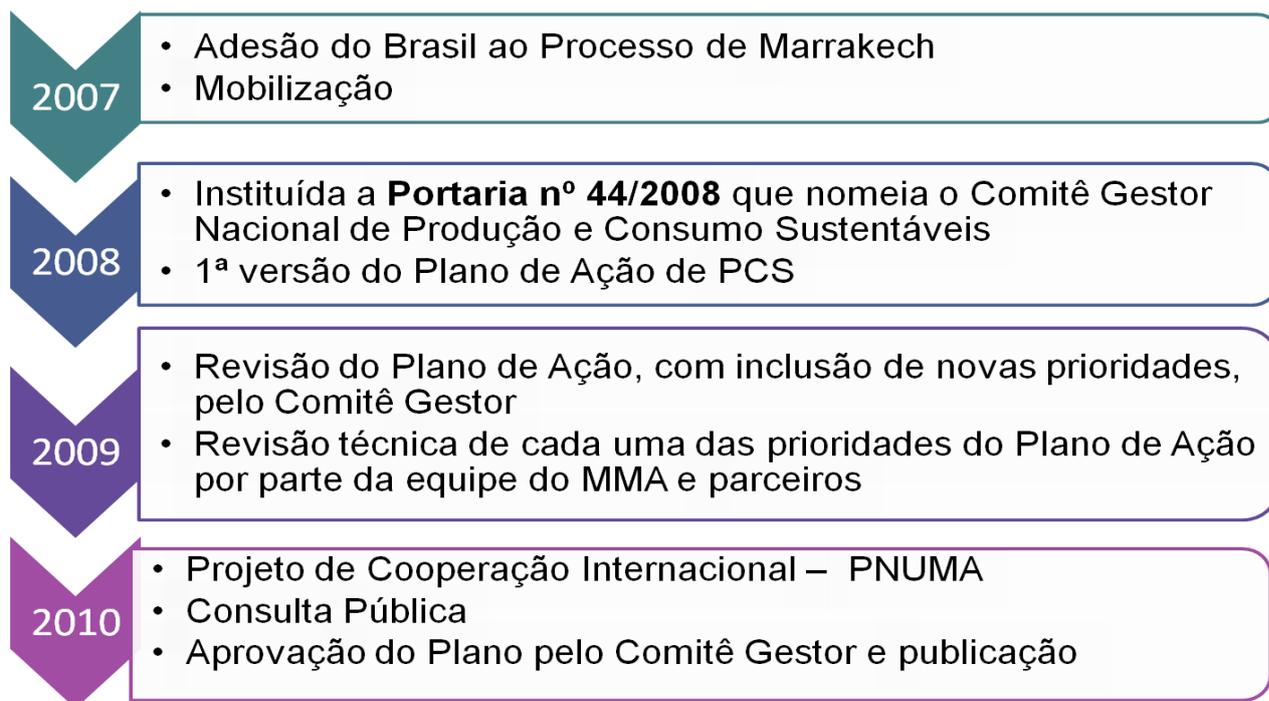


2.6 Etapas cumpridas e etapas previstas no processo de elaboração do PPCS

A elaboração deste documento resultou das etapas a seguir descritas:

1. Primeira versão do Plano de Ação (maio de 2008), após debates e consultas realizadas sob a orientação do Comitê Gestor, sob a coordenação executiva do MMA;
2. Revisão do Plano de Ação (julho de 2009) pela equipe do MMA e consultor externo, identificando e explicitando as conexões entre o PPCS e outros planos, programas e políticas nacionais, em particular o PNMC;
3. Revisão do Plano de Ação, com inclusão de novas prioridades, pelo Comitê Gestor (agosto de 2009);
4. Revisão técnica de cada uma das prioridades do Plano de Ação por parte da equipe do MMA e parceiros (setembro a dezembro de 2009);
5. Desenvolvimento de um Projeto de Cooperação Internacional para apoiar estudos, consultorias e elaboração de manuais metodológicos necessários ao processo de implementação do Plano (janeiro a julho de 2010);
6. Submissão do Plano de Ação à consulta pública (14 de setembro a 05 de novembro de 2010);
7. Consolidação das contribuições recebidas no período de consulta pública (novembro de 2010);
8. Aprovação do Plano pelo Comitê Gestor e publicação (dezembro de 2010).

O quadro abaixo resume a cronologia do Processo de elaboração do PPCS.



3. OBJETIVOS, DIRETRIZES E PRIORIDADES DO PPCS

3.1. Objetivos do PPCS

O estabelecimento de um processo de PCS no País tem como objetivo primordial melhorar a qualidade de vida da população, conservar os recursos naturais e garantir a qualidade ambiental. O resultado que se espera desse processo é, no médio e longo prazos, fomentar dinâmicas e ações que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade brasileiras.

Os objetivos gerais do Plano de Ação (PPCS) são:

1. **fomentar** no Brasil um vigoroso e contínuo processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pelo Processo de Marrakech, compartilhando com os nossos parceiros nacionais e internacionais o esforço por promover também a sustentabilidade no plano global;

2. **integrar** a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, e também a outras frentes prioritárias para a sociedade brasileira, como o combate à pobreza, a distribuição eqüitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais.

O objetivo específico deste Plano de Ação é fornecer as diretrizes básicas e eleger as prioridades para que um conjunto de ações cabíveis, articuladas entre si, possa efetivar mudanças expressivas e mensuráveis, tanto nos padrões de consumo como de produção, que possam ser reconhecidos como mais sustentáveis.

3.2 Diretrizes para a proposição de ações no âmbito do PPCS

Ações no âmbito do PPCS devem idealmente incorporar a (e beneficiar-se da) influência recíproca que existe entre produção e consumo. Em outras palavras, entre o processo de oferta de bens e serviços e o processo de satisfação das necessidades da população, levando em conta os limites físicos e biológicos que a natureza impõe e os valores éticos que informam a cultura da sustentabilidade.

Devem ser consideradas tanto ações que foquem o sistema produtivo em si como o sistema institucional-regulatório que o sustenta: infra-estrutura, tecnologia, instrumentos econômicos e regulatórios. O sistema produtivo e institucional-regulatório é composto essencialmente pelas empresas e governos e já conta com uma série de conceitos e instrumentos para ação prática – como *ecoeficiência*, produção mais limpa, normas técnicas (como a série ISO) – e legislação focada (como a Política Nacional de Meio Ambiente e as resoluções do CONAMA, por exemplo).

Devem ser igualmente consideradas ações que tenham impacto no sistema cultural e educacional visando à mudança de comportamentos. O sistema cultural é composto essencialmente pelos próprios indivíduos/consumidores e pelas instituições que os influenciam como as escolas e universidades, a mídia, o marketing e a indústria cultural - com seus fortes apelos no sentido de gerar necessidades, reais ou não, alimentando expectativas de consumo, criando elos entre ser e ter, levando as pessoas a identificarem o consumo com maior bem estar ou felicidade.

Os conceitos e os instrumentos para ações práticas que visam promover o desenvolvimento sustentável junto ao público mais amplo são, comparativamente, mais recentes, menos difundidos, além de frágeis em termos conceituais, exigindo dos gestores e formuladores de políticas públicas uma constante busca de aprimoramento teórico e conceitual, a fim de ser mais efetivo e dotado de poder de convencimento.

Por exemplo, as propostas de mudanças de “estilo de vida”, “sistema de valores” e “consumo sustentável”, integrantes de campanhas, materiais educacionais e ferramentas outras destinadas a informar e melhor qualificar os diversos atores para a ação, devem ser enriquecidas de argumentos filosóficos, sociológicos, biológicos e econômicos, sempre que possível, de forma a fortalecer as atuais abordagens sobre a necessidade de praticar o consumo sustentável.

Observa-se que há uma tendência crescente em traduzir-se *consumo sustentável* (objetivo a ser alcançado) por *consumo consciente* (maneira de se alcançar o objetivo). A ideia chave dessa postura pedagógica é a de que os indivíduos podem mudar o mundo por meio de escolhas mais inteligentes – consumo seletivo, criterioso que tende a incorporar valores éticos elevados e noções correntes de cidadania. Esta abordagem que empodera os indivíduos é benéfica em muitos aspectos, mas o consumo consciente também se aplica a organizações e empresas através de grupos organizados, engajados em causas ambientais, e também sociais, como a luta pelo trabalho decente, pela erradicação do trabalho infantil ou escravo, pela equidade de gênero, além da observância dos direitos humanos e dos demais seres vivos.

Uma das estratégias essenciais propostas pelo Processo de Marrakech é a integração dos planos de PCS com outros programas e planos do País como, por exemplo, aqueles voltados às mudanças climáticas, à redução da pobreza, à questão energética e ao uso da água e do solo. Também a busca crescente por hábitos e alimentos mais saudáveis traz extraordinárias oportunidades de se agregar novas disciplinas e novas áreas de atuação ao PPCS.

A centralidade das discussões relativas às mudanças climáticas, tanto no Brasil quanto no mundo, tornaram o tema do aquecimento global determinante e catalisador de uma série de políticas atualmente em curso. Além disso, a alta exposição do assunto na mídia engajou milhares de cidadãos, empresas e agentes públicos que desejam agir. Por isso, quanto mais uma proposta de PPCS se revele eficaz no combate às mudanças do clima, maior sua chance de obter apoio e resultado.

Resumindo, são **diretrizes** para o PPCS:

- Identificação, valorização e explicitação das conexões entre as principais políticas, programas e planos nacionais afins, como: Agenda21 (Global e Brasileira), Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e Política Nacional de Desenvolvimento Produtivo (PDP);
- Identificação de ações existentes em todo o Brasil, que, por suas características, possam vir a compor e enriquecer o PPCS, aproveitando para evidenciar os principais fatores que as tornam exitosas;
- Identificação de sinergias e confluências entre as prioridades e metodologias propostas no âmbito nacional e aquelas existentes no Processo de Marrakech, de modo a contribuir com o processo internacional e com a sustentabilidade no plano global;
- Envolvimento amplo da sociedade brasileira no processo, tanto por meio das organizações já engajadas no Comitê Gestor e seus grupos de trabalho, quanto por meio de outras organizações e redes que possam ser identificadas e motivadas a participar;
- Atenção às singularidades do Processo de Marrakech e do seu conceito de produção e consumo sustentáveis, de modo a disseminar seus significados e implicações entre todos os participantes e, principalmente, refleti-los nos critérios de escolha e priorização das ações/objetivos do PPCS;
- Observar a variedade e a diversidade de públicos, culturas regionais e de grupos sociais, dentro do próprio País, bem como de interesses quanto ao engajamento na temática do PCS, de modo a ser mais eficaz e o mais abrangente possível (em termos de cobertura) nos seus programas, projetos e ações;
- Levar em conta os acordos internacionais assinados pelo Brasil, especialmente as Convenções da Biodiversidade e do Clima, bem como as demais que afetem direta ou indiretamente as prioridades eleitas pelo Plano de Ação.

3.3 As prioridades do PPCS

Considerando as prioridades estabelecidas na primeira versão do Plano (maio de 2008) e as incluídas após a revisão de 2009, o Comitê Gestor identificou um conjunto de 17 prioridades como a espinha dorsal do PPCS. São elas:

- 1) **Varejo e consumo sustentáveis** – Discutir a percepção do setor varejista a respeito da inserção de práticas de sustentabilidade nas suas operações e o seu papel na promoção do consumo sustentável por meio de ações condizentes com as premissas e objetivos do PPCS;
- 2) **Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P** – Consolidar a A3P como marco referencial de responsabilidade socioambiental no governo;
- 3) **Educação para o consumo sustentável** – Conceber e por em prática instrumentos como pesquisas, estudos de caso, guias e manuais, campanhas e outros, para sensibilizar e mobilizar o indivíduo/consumidor, visando a mudanças de comportamento por parte da população em geral;
- 4) **Aumento da reciclagem de resíduos sólidos** – Incentivar a reciclagem no País, tanto por parte do consumidor como por parte do setor produtivo, promovendo ações compatíveis com os princípios da responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos e da logística reversa, tal como se acha estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); neste quesito cabe também incentivar a indústria da reciclagem com inclusão social (inserção dos catadores);
- 5) **Compras públicas sustentáveis** – Impulsionar a adoção das compras públicas sustentáveis no âmbito da administração pública, nas três esferas de governo, incentivando setores industriais e empresas a ampliarem seu portfólio de produtos e serviços sustentáveis, induzindo com essa dinâmica a ampliação de atividades reconhecidas como “economia verde” (*green economy*) ou de baixo carbono;
- 6) **Promoção de iniciativas de PCS em construção sustentável** – Induzir o setor da construção civil – e o de infra-estrutura como estrada, portos e outros – a adotar práticas que melhorem a *performance socioambiental* desde o projeto até a construção efetiva, passando por criteriosa seleção de materiais e alternativas menos impactantes ao ambiente e à saúde humana;
- 7) **Integração de políticas em PCS** – Integrar o PPCS às demais políticas de produção e consumo na área de desenvolvimento econômico, e atuar em

cooperação internacional com o Plano de PCS do MERCOSUL e com o Processo de Marrakech;

- 8) **Fortalecimento de uma articulação nacional em PCS** – Organizar iniciativas, para otimizar recursos e esforços, no sentido de promover e implementar ações articuladas de PCS em âmbito nacional;
- 9) **Inovação e difusão de tecnologias em PCS** – Promover a gestão do conhecimento em produção e consumo sustentáveis, com ações que visem desenvolver *design* inovador de serviços e soluções que considerem as variáveis da *ecoeficiência* e outros cenários, como a nanotecnologia ou “desmaterialização” da economia – como diferencial competitivo e estratégico para as empresas brasileiras;
- 10) **Desenvolvimento de indicadores em PCS** – Gerar informações que subsidiem o desenvolvimento de políticas públicas focadas em produção e consumo sustentáveis, mobilizando instituições produtoras de informação como o IBGE e o IPEA (âmbito governamental) e centros de excelência das universidades federais e estaduais, públicas e privadas;
- 11) **Divulgação e capacitação em PCS** – Divulgar conceitos, disseminar conhecimentos e informações relevantes ligados ao tema PCS, junto ao setor produtivo, governos e sociedade civil;
- 12) **Agricultura e pecuária sustentáveis** – Estimular a proteção da biodiversidade e a redução do desmatamento/emissão de gases de efeito estufa (GEE), por meio da expansão de possibilidades que valorizem a floresta em pé; e incentivar a adoção de práticas agrícolas e pecuárias visando a redução dos impactos ambientais e o desmatamento;
- 13) **Fomento a produção e consumo sustentáveis** – Promover iniciativas que levem os gastos públicos e o sistema bancário a se comprometerem cada vez mais a considerar na oferta de crédito e financiamento, bem como na compra de produtos e serviços, os critérios de sustentabilidade, contribuindo desta forma para induzir a correção, a mitigação, e também um crescente mercado de negócios sustentáveis;
- 14) **Diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia** – Incentivar a adoção de práticas economizadoras de energia pelos consumidores (pessoa físicas e jurídicas), promovendo meios para escolhas mais eficientes; e

promover o aprimoramento e a aplicação de tecnologias para a geração e aproveitamento de energia renovável;

- 15) **Rotulagem e análise do ciclo de vida** – Consolidar a rotulagem ambiental como instrumento de desenvolvimento de novos padrões de consumo e produção sustentáveis mediante a mobilização das forças de mercado; aumentar o número de especialistas brasileiros em rotulagem ambiental; aumentar o número de produtos com análise de ciclo de vida (ACV), de forma que não seja apenas um rótulo midiático, mas orientador do consumo responsável;
- 16) **Rotulagem para expansão sustentável do uso de biocombustíveis** - Garantir que a expansão na produção e uso de biocombustíveis seja feita de modo econômica, social e ambientalmente sustentável, provendo aos consumidores condições para escolha adequada dos mesmos;
- 17) **Estímulo à criação e expansão de negócios/mercados com inclusão social e menor impacto ambiental** - Disseminar o conceito “mercados/negócios inclusivos” - novos modelos e práticas corporativas que promovam a inclusão social; criar e disseminar produtos e processos inovadores acessíveis a populações carentes; fornecer à população necessitada acesso a renda por meio de negócio, oportunidades, emprego, bens de consumo e serviços de forma a possibilitar uma melhoria na qualidade de vida; estimular o setor produtivo à inclusão social (gerando produtos, empregando e incluindo em sua cadeia produtiva) contribuindo para o desenvolvimento social de populações carentes e incentivar o consumo de produtos que promovam inclusão social.

4. DETALHAMENTO DAS PRIORIDADES SELECIONADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO (PLANO DE AÇÃO PARA TRÊS ANOS)

Para o horizonte dos próximos três anos (2011-2013), foram eleitas prioridades que já contam com programas, recursos e ações capazes de dar consistência e robustez aos processos de implementação. São elas:

4.1 Educação para o consumo sustentável

Em 2002, a UNESCO, principal braço da ONU para a educação, lançou a “**década da educação para o desenvolvimento sustentável**”, que abrangerá os anos de 2005 a

2014. O intuito é fomentar juntamente com seus parceiros, entre eles o Brasil, programas de cooperação que possam aumentar o engajamento do setor de educação em temas da sustentabilidade, contribuir decisivamente para as mudanças de mentalidade e de comportamento que a crise ambiental planetária requer.

Segundo a UNESCO, *“a educação não constitui um fim em si: é um instrumento essencial para possibilitar as mudanças necessárias no conhecimento, valores, comportamentos e estilos de vida para se alcançar a sustentabilidade (...). A educação, em todos os níveis e em todas as suas formas, constitui uma ferramenta vital para tratar de praticamente todos os problemas mundiais importantes para o desenvolvimento sustentável”* (2005).

Quando se considera o papel da educação na mudança cultural que o ideal de uma sociedade sustentável requer, é preciso levar em conta que não existe somente o consumo objetivo, isto é, voltado apenas para atender às necessidades humanas básicas. Existe também o consumo subjetivo, relacionado a fatores emocionais, psíquicos, associado ao modelo mental de cada pessoa, construído ao longo de sua vida no seio da família e da sociedade. Estilos de vida, às vezes mais do que nível de renda, determinam um estilo de consumo, mais ou menos predatório, mais ou menos receptivo a agregar valores positivos de responsabilidade pessoal e coletiva.

Institutos da sociedade civil, tais como o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e o Instituto AKATU, vêm realizando pesquisas e enquetes que mostram a evidência de que o consumo está inelutavelmente ligado a valores, e a necessidade de se trabalhar esse campo junto às novas e atuais gerações. Um dos fatores decisivos para formação de uma futura geração mais responsável em relação ao consumo é justamente a ação educadora específica para a esse segmento. Os jovens – e especialmente as crianças – são vulneráveis aos apelos da publicidade, do marketing e dos novos estilos ou identidades determinados pela vida nas cidades.

A **educação para o consumo sustentável** vem se tornando um caminho viável não só para agregar uma série de competências técnicas e de conceitos a serem disseminados, mas também como um meio de se propor e contribuir para novas políticas públicas que possam regular – com mecanismos voluntários ou não – os “excessos” dos interesses egoístas ou desprovidos de valores éticos positivos, como é o caso da propaganda enganosa, ou daquela que em vez de combater promove o preconceito ou o consumo predatório de bens e serviços.

Nesse sentido, um plano de produção e consumo sustentáveis não pode prescindir, em suas prioridades, de atribuir papel de destaque à educação. Seja por meio dos instrumentos que a Política Nacional de Educação Ambiental estabelece, seja pelas novas ferramentas, como as digitais ou as conhecidas como “educomunicação”, a contribuição desse campo e de suas políticas ao PPCS é fundamental.

Nos últimos anos, o Ministério do Meio Ambiente vem ampliando seu leque de ações voltadas para a educação para o consumo sustentável.

A primeira estratégia é a formação de *multiplicadores*. Multiplicadores são agentes do setor público ou privado que podem, por meio de capacitação adequada, influenciar grupos, instituições e a sociedade, reproduzindo o conhecimento técnico adquirido. Políticas educacionais praticadas em conjunto por MMA e MEC, nos últimos anos se voltaram – com apoio da UNESCO – para formação de “coletivos educadores” (arranjos institucionais autônomos) e formação de um grande número de educadores nos temas da sustentabilidade.

O MEC lançou em parceria com o MMA uma ação anual voltada para engajar o segmento escolar, em especial crianças e pré-adolescentes em “conferências de meio ambiente juvenil” – que culminaram este ano (2010) numa grande conferência internacional intitulada “Vamos cuidar do Planeta” – em que o tema principal era o aquecimento global e o consumo responsável.

Vale destacar outras duas iniciativas do MEC: o Programa da Agenda 21 Escolar denominada **ComVidas** (lançado na I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em 2003) e o programa “Escolas Sustentáveis” (2010).

O programa Agenda 21 Escolar, que utiliza a metodologia da Agenda 21 para organizar ações socioambientais nas escolas, conta hoje com 4.383 escolas inscritas, distribuídas por todo o País. As **ComVidas** são comissões de meio ambiente e qualidade de vida. Entre os objetivos do programa está a formação de lideranças jovens no tema da sustentabilidade. Este programa participa e é complementar às conferências anuais de meio ambiente nas escolas e tal estrutura poderá ser facilmente engajada em uma ampla campanha para se difundir o consumo sustentável, sobretudo o individual, atuando como programa mobilizador, focado no segmento de crianças e jovens.

O segundo programa – Escolas Sustentáveis - visa não só praticar o consumo sustentável desde a construção das escolas, mas influir nas mudanças de comportamento de pais, alunos e professores – com a edição de conteúdos voltados à disseminação dos

“5Rs”: refletir (antes de consumir), recusar (consumo predatório), reutilizar (alongando a vida útil de produtos), reduzir (consumir somente o necessário) e reciclar (contribuir para programas da escola, da comunidade, ou mesmo em casa). A inclusão desses dois programas, com as adaptações que se fizerem necessárias, poderão acrescentar uma significativa contribuição ao PPCS, por sua capilaridade e pelo poder de atingir o segmento mais jovem da população.

Não negligenciando as ferramentas poderosas da comunicação e das novas mídias, o MMA decidiu lançar mão de **campanhas nacionais** de comunicação de modo a engajar outros segmentos e dirigidas à população em geral. Duas campanhas diretamente relacionadas ao consumo sustentável foram realizadas pelo MMA nos últimos anos.

A primeira, com o nome “**Consumo Consciente de Embalagens: a escolha é sua, o planeta é nosso**” (2008), discutiu formas de reduzir o impacto causado pelas embalagens. Academia, indústria e supermercadistas reuniram-se para apresentar embalagens mais racionais – com a aplicação de *ecodesign* e de materiais inovadores – dando novas alternativas ao consumidor.



A segunda campanha, com o nome “**Saco é um saco**” (2009), abordou o consumo excessivo das sacolas plásticas e seus impactos no meio ambiente. Segundo números produzidos pela própria indústria e distribuidores, o Brasil consome anualmente cerca de 15 bilhões de sacolas plásticas.



A campanha, ainda em curso, faz uso de diferentes mídias, utilizando pela primeira vez no MMA novas ferramentas de internet, como *hotsite*, *blog*, *Twitter* e canal no *Youtube*, onde a mensagem e as peças da campanha foram divulgadas. Filmes para televisão, cinema e internet, *spots* de rádio, com a participação de artistas nacionalmente conhecidos, e a participação ativa de grandes redes do varejo desencadearam um debate nacional e estimularam iniciativas diversas de políticas públicas para restrição de sacolas plásticas em estados e municípios.

Apenas atuando para engajar o consumidor e estabelecendo parcerias estratégicas (capazes de influenciar o mercado e o seu setor), a campanha **Saco é um Saco** alcançou, em um ano de campanha, a redução de 800 milhões de sacolas plásticas em todo o Brasil, computando somente os dados das maiores redes, podendo-se estimar que mais de 1 bilhão (pelo efeito da adesão espontânea, não monitorada) foram evitados no período. Ainda é pouco, inferior a dez por cento do que é comercializado.

Para os próximos anos, estão previstas campanhas sobre eletroeletrônicos (2011), lâmpadas e energia (2012) e um tema voltado para preparação da Copa do Mundo de 2014 (2013), com a publicação de cartilhas e outros materiais didáticos para distribuição nas escolas.

Além disso, o MMA colocará toda a sua estrutura de educação ambiental engajada na implementação do PPCS, por meio de ações que já existem, como iremos mencionar a seguir, e outras em desenvolvimento:

- Desenvolvimento de módulos de educação ambiental^v voltados para o consumo sustentável ou consciente, com a utilização de plataformas de educação à distância e diferentes mídias, destinadas ao público escolar e da educação não formal;
- Formação continuada de professores em educação para o consumo sustentável, (parceria MMA, MEC, UNESCO, PNUMA - além de outras visando a atingir o setor privado), a fim de estimular a comunidade escolar (pais, alunos, professores, e gestores

das escolas) a adotar o consumo consciente.

- Inclusão nos planos de capacitação de gestores públicos atualmente existentes, ou em desenvolvimento, de módulos específicos sobre como promover o consumo sustentável contribuindo para a implementação e integração de várias políticas relacionadas (como a PNRS, por exemplo);

- Realização de pesquisas, aproveitando os dados já disponíveis coletados e analisados pelo IBGE e IPEA, adicionando estudos sobre o comportamento do consumidor brasileiro de forma a tornar mais efetivas as políticas públicas orientadas para engajá-los no consumo sustentável;

- Reedição atualizada e distribuição ampla (pelo menos um manual por escola da rede pública) do “Manual de Educação: Consumo Sustentável”, produzido pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, em parceria com IDEC e *Consumers International*;

- Engajamento do **Projeto Salas Verdes**, através da distribuição em 2011 de kit temático de educação para o consumo sustentável nas 350 salas cadastradas no projeto. Por meio de parceria com o Ministério da Cultura (MinC), pode-se ampliar essa distribuição pelos chamados **pontos de cultura**. Os dois projetos têm estrutura semelhante e visam fomentar estruturas de educação e difusão de cultura nos estados e municípios (saiba mais: www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura e www.salasverdes.blogspot.com);

- Dar continuidade, pelos próximos três anos, à iniciativa Edital de Curtas de Animação de 1 minuto – parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura, que estimula a produção independente de curtas para veiculação nas TVs públicas e comerciais. Cada edital premia dez produções. Em 2009, a temática foi Aquecimento Global e Mudanças Climáticas. Em 2010 a temática definida foi o Consumo Sustentável e Biodiversidade. Em 2011 e 2012, os temas serão definidos conjuntamente pelo MinC e MMA e deverão privilegiar temas relacionados à PNRS. A meta é produzir no período pelo menos 40 curtas que poderão integrar circuitos de divulgação já estabelecidos.

- Inclusão do tema nas demais políticas e programas de educação ambiental do MMA, e de seus parceiros, como, por exemplo, na Estratégia Nacional de Educação em Unidades de Conservação (MMA e ICMBIO) e no Programa Nacional de Educação voltado para a Agricultura Familiar, atualmente em elaboração e que deverão ambos estar prontos ainda em 2010.

4.2 Compras públicas sustentáveis

O governo é o maior comprador individual de um país. No Brasil, estima-se que entre 10 e 15% do PIB é utilizado para compras da União, o que as tornam um importante indutor de mercado e da chamada economia verde. A importância dessa indução e desse poder de disciplinamento por parte dos governos federal, estadual e municipal já tinham sido destacados pela Agenda 21 Brasileira em 2002 e foram amplamente levados em conta em diversas tentativas para dar amparo jurídico e colecionar casos bem sucedidos de “compras sustentáveis” nos últimos anos. Além de governos, empresas estatais ou mistas como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil relatam práticas de compras sustentáveis.

Sob a denominação de “compras públicas sustentáveis” – o PPCS (alinhado com as concepções do Processo de Marrakech) entende um conjunto de práticas que vai desde o estabelecimento de leis, da criação ou supressão de tributos específicos, do oferecimento de subsídios, por exemplo, para os reciclados e recicláveis, ao estabelecimento de um portfólio de produtos que vão ser incluídos prioritariamente nas licitações públicas. Ao escolher bens, obras e serviços mais sustentáveis, o governo estimula sua produção e dá o exemplo para toda a sociedade.

Vários ministérios, inclusive o MMA, vêm ampliando os critérios aplicados às suas compras, visando contribuir com políticas ambientais. Há pelo menos 5 (cinco) anos vêm sendo praticados, por diversos órgãos governamentais das três esferas, critérios para a compra de papel, equipamentos de informática, computadores, lâmpadas, ar condicionado, mobiliário e mais recentemente, produtos de higiene e limpeza. Os objetivos são sempre reduzir os impactos ambientais e os riscos à saúde humana, bem como fazer cumprir objetivos e metas de várias leis e planos que o próprio governo edita a cada ano e que mantêm estreita relação com o desenvolvimento sustentável.

O esquema abaixo ilustra as conexões e os efeitos benéficos, recíprocos entre os vários campos beneficiados com as compras públicas sustentáveis:

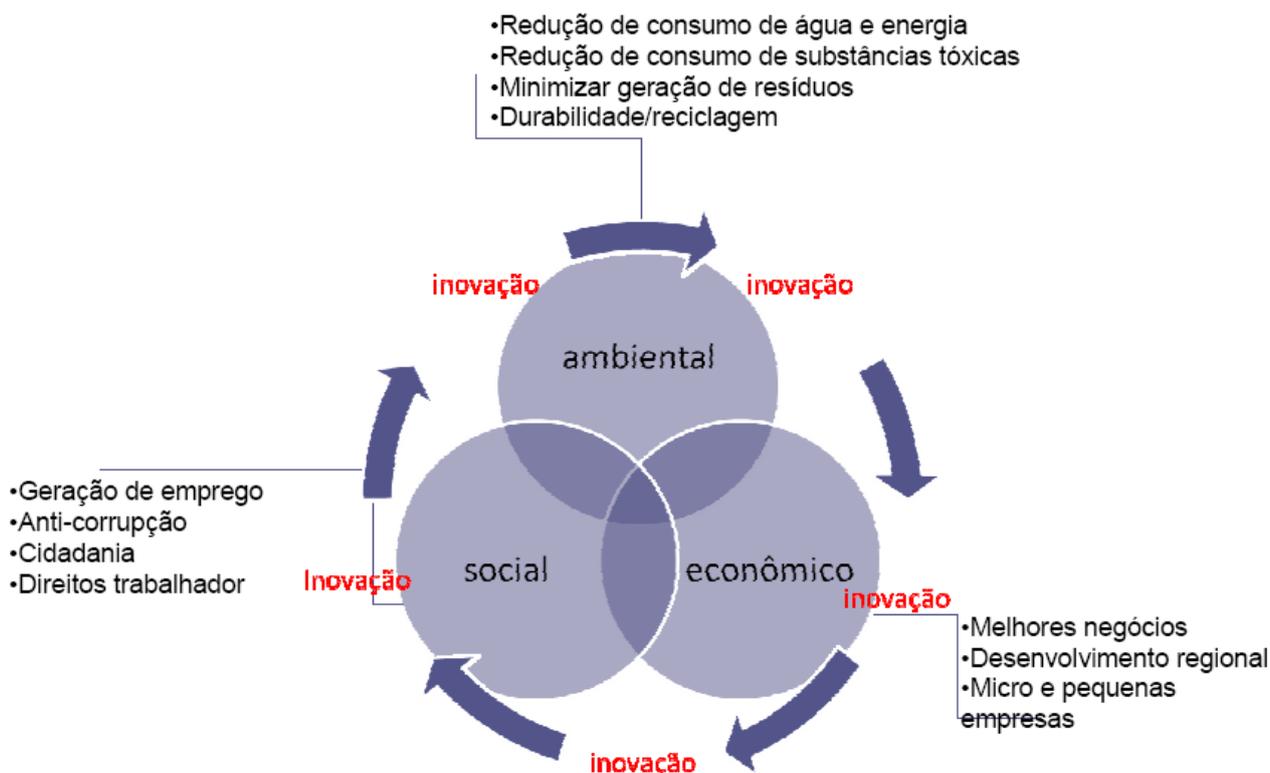


Figura 4. Conexões, efeitos benéficos e recíprocos das compras públicas sustentáveis
 (fonte: MPOG, 2010)

Além do governo federal, estados como São Paulo e Minas Gerais vêm consolidando uma legislação robusta, capaz de dar o amparo jurídico necessário a essa prática em nível nacional, garantindo assim sua disseminação. Pois como se sabe, um dos desafios mais importantes na prática de compras sustentáveis é superar a judicialização das licitações públicas que questionam a adoção de critérios adicionais (além da qualidade e preço) na aquisição de bens e serviços. A judicialização das licitações públicas torna lentos e onerosos os processos de licitação e desestimulam os gestores públicos a adotar critérios ambientais em suas compras.

Esse cenário de insegurança jurídica tende a mudar radicalmente com a recente publicação da Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do lançamento do Portal de Contratações Públicas Sustentáveis, conduzido pelo mesmo Ministério.

Vale também mencionar a experiência de São Paulo, com o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis, instituído pelo Decreto estadual nº. 53.336, de 20 de agosto de 2008.

A parceria do Estado de São Paulo com o Conselho Internacional para Iniciativas

Ambientais Locais (ICLEI) resultou na publicação do “Guia de compras públicas sustentáveis” (2006) e no projeto “Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil”. A experiência de Minas Gerais, São Paulo, e outros estados, aponta para a necessidade de se aproveitar e ampliar o conhecimento técnico adquirido no processo de organizar cadastro de fornecedores, estabelecer selos de reconhecimento e outras ações complementares não menos importantes.

O MPOG propôs como ação imediata ao lançamento do Portal e da publicação da Portaria mencionados, a capacitação de gestores públicos nas três esferas de governo. O primeiro programa de capacitação, do qual participa ativamente o MMA, apresentando o seu programa A3P – que será descrito a seguir, pois é uma das prioridades selecionadas para esta primeira etapa de implementação do PPCS, visa capacitar pelos menos 400 gestores até o final de 2010.

O desafio maior a ser enfrentado pelo PPCS, aperfeiçoado o arcabouço jurídico, é precisamente levar aos 27 estados brasileiros e aos mais de 5.500 municípios a adoção da prática das compras públicas sustentáveis. Por isso, as ações a serem implementadas no âmbito do Plano são as seguintes:

- Promover um programa nacional de capacitação de gestores públicos para aplicar a nova legislação em compras públicas sustentáveis que incluam seminários regionais (pelo menos um em cada região) e cursos por meio de plataformas digitais, usando a tecnologia do EAD (ensino a longa distância), com a meta de capacitação de pelo menos 2000 gestores por ano (pelo menos 02 gestores por município);

- Consolidar a legislação federal que normatiza as compras públicas sustentáveis, por meio, por exemplo, de pesquisa com série histórica programada a partir de 2010 e publicada anualmente no Portal de Licitações Sustentáveis do MPOG;

- Assegurar avanços e trabalhar para a disseminação da prática de compras públicas sustentáveis, constituindo um banco de dados que possa colecionar casos exitosos, registrar inovações que possam ser universalizadas, para os tomadores de decisão e gestores públicos;

- Realizar discussões e assegurar que comunidades, cooperativas e outros possíveis fornecedores ligados às políticas de compras inclusivas, integradas a políticas sociais de governo, possam se beneficiar das compras públicas sustentáveis, participando do cadastro de fornecedores e dos processos de credenciamento;

- Publicar manuais, cartilhas e outros materiais de cunho informativo que possam

auxiliar na disseminação das políticas existentes atuais e previstas de compras sustentáveis por parte de organismos públicos.

DESTAQUE: Ações para a Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 – Capacitação dos gestores públicos para utilizarem critérios mais sustentáveis nas atividades administrativas e operacionais na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras relacionados à infraestrutura que deverão ser criadas para receber os eventos da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016. Contemplar e evidenciar os esforços de compras públicas sustentáveis para a construção de campos, quadras esportivas, arena de jogos, vestiários e espaços comuns, a fim de usar esses exemplos para disseminar o conceito de PCS em todo o País. No caso da Copa e das Olimpíadas, deve ser agregada uma ação direcionada a promover compras sustentáveis também por parte do setor hoteleiro, sobretudo aquele que vier a abrigar as delegações estrangeiras ou nacionais.

4.3 Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P



A administração pública pode ser indutora de melhores práticas na sociedade não somente por meio das compras governamentais, como foi explicitado no item anterior, mas também considerando suas atividades diárias, sua estrutura capilar de órgãos públicos, sua massa de servidores, e a força do seu exemplo, com rebatimento e reflexos diversos em inúmeras dimensões concretas e simbólicas da vida social e econômica do País. Para que ocorra uma real mudança de cultura, mostra a literatura sociológica, parte considerável dos setores dirigentes, incluindo o setor público, exerce um papel fundamental.

Para estimular o engajamento do setor público em ações pró-ativas e orientadas para a sustentabilidade, foi criada em 1998, a **Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P**, que prevê ações de caráter voluntário, visando sobretudo fortalecer programas de gestão ambiental em órgãos públicos. O âmbito de atuação da A3P engloba o Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo federais. Recentemente, a A3P – que é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente dentro do Programa “Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis” (PPA 2008-2011) – começou a orientar a adoção dessa agenda por parte de órgãos estaduais, municipais e até mesmo da administração indireta.

O principal objetivo da A3P é fomentar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas, considerando a estrutura governamental e suas operações. A meta maior do Programa é a adoção, por parte de todas as instituições e organismos da administração direta, de programas de gestão socioambiental, que levem ao menor desperdício de água e energia possíveis, bem como à crescente reciclagem dos resíduos e descartáveis. Faz parte do perfil deste programa estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios ambientais em suas atividades rotineiras – desde mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, até a gestão adequada dos resíduos gerados na manutenção da estrutura ou das operações e serviços realizados, passando pela adoção de novos hábitos pelos servidores públicos (apagar luzes ao sair do ambiente, trocar copos descartáveis por copos de vidro, etc).

Além da redução de gastos (luz, água, papel, cartuchos de tinta para impressoras, copos descartáveis), a A3P estimula o *retrofit sustentável* (reforma das edificações com o uso de madeira certificada, troca de lâmpadas pelas mais eficientes, novos sistemas de ar condicionado, construção de calhas para coleta de água de chuva, adoção de torneiras automáticas, sensores de lâmpadas e outras medidas semelhantes). Também vem sendo discutida no âmbito do programa a adoção da TI Verde (tecnologia da informação em bases sustentáveis), consumo sustentável, medidas ambientalmente saudáveis e qualidade de vida no trabalho.

Como o Ministério do Meio Ambiente coordena o programa da A3P, sua sede foi um dos primeiros prédios na Esplanada a realizar o *retrofit sustentável* e recentemente reformou seu centro de documentação usando somente recicláveis e reciclados.

O programa também realiza fóruns anuais, com o objetivo de disseminar e debater temas atuais e relevantes para a melhoria da gestão pública. Desde 2005 já foram realizadas quatro edições, cujos temas foram: a) licitações sustentáveis; b) coleta seletiva;

c) construções sustentáveis e eficiência energética e d) produção e consumo sustentáveis.

Um dos papéis desempenhados pelos Fóruns é o de estimular a elaboração de legislação sobre a sustentabilidade na administração pública, tais como o Decreto 5.940/2006 – que instituiu a coleta seletiva solidária nos órgãos da administração federal – e a Instrução Normativa Nº 1 de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre contratações e compras sustentáveis na administração pública federal.

Para o V Fórum, a realizar-se em novembro de 2010, será abordado o tema dos resíduos eletroeletrônicos. A tecnologia desses equipamentos é renovada muito rapidamente e espera-se que o Fórum contribua com a discussão de soluções para o problema da destinação dos equipamentos com tecnologia superada que serão renovados, no âmbito do setor público.

Desde 2009, o MMA, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a UNESCO (órgão da ONU que promove a educação) instituiu o prêmio anual: **Melhores Práticas da A3P**. O prêmio reconhece o mérito das iniciativas e avanços dos órgãos e entidades do setor público na adoção de práticas mais sustentáveis e busca disseminar modelos de gestão e de ações que possam ser replicadas. Na primeira edição do Prêmio (2009) foram inscritos 44 projetos de 21 diferentes instituições públicas.

A A3P opera duas linhas de engajamento do setor público: a primeira é a adesão a uma rede colaborativa de informação – a chamada **Rede A3P**; a segunda é a **adesão formal, monitorada**. A rede A3P possui hoje cerca de 400 organizações que trocam experiências, e buscam sobretudo atualizar-se sobre legislação, material didático e cursos de capacitação promovidos anualmente. O momento culminante é o encontro presencial dos membros da rede no Fórum Anual A3P.

A **adesão formal** ocorre mediante acordo de cooperação técnica com o MMA e entre as responsabilidades assumidas pelos órgãos que buscam esse mecanismo está relatar os avanços anualmente, respondendo a questionário – que funciona como uma espécie de auditoria sobre as práticas e resultados do programa implantado em cada órgão da administração pública. A adesão é voluntária, mas o monitoramento é obrigatório.

Mesmo considerando que avanços tenham sido obtidos em relação à adesão formal ao programa – 99 desde 2007 – a A3P ainda não atingiu todo o seu potencial de

crescimento, necessitando de instrumentos que tornem esse movimento espontâneo em movimento fortemente estimulado, e até mesmo obrigatório no caso da administração direta federal.

O cenário tendencial do interesse pela A3P é crescente, como se pode ver pelos gráficos abaixo, mas ainda tímido diante do número de instituições e da natureza fortemente pedagógica dessa ação do poder público no contexto do PPCS. Além das ações de mobilização empreendidas pelo MMA e seus parceiros, pode ser computado neste crescente interesse os ganhos de consciência e de anseio por mudanças geradas pela alta exposição do tema do aquecimento global, e das discussões setoriais que se seguiram antes e pós a Cúpula de Copenhague (COP 15).

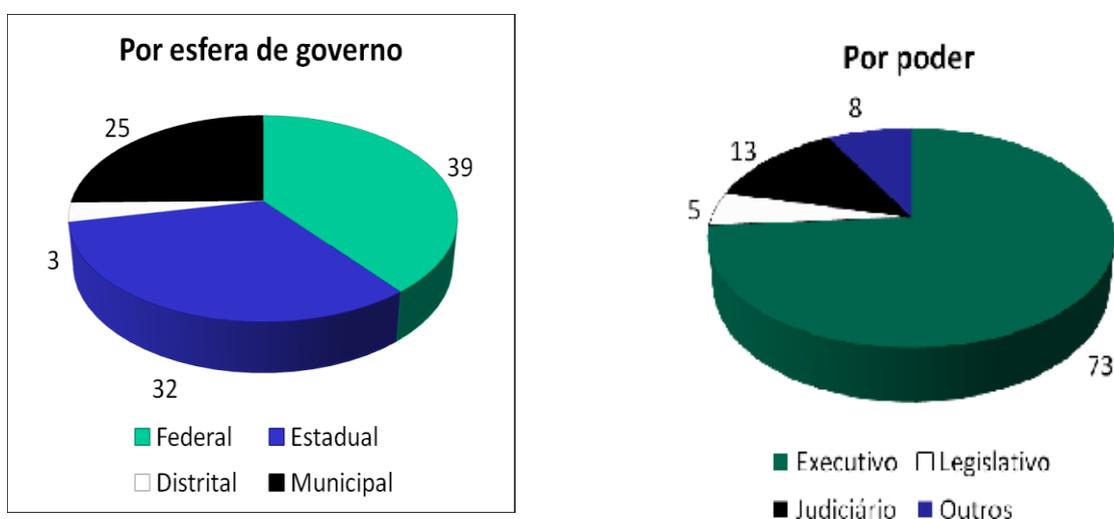


Figura 5 A3P

Fonte: DCRS-MMA, 2010

No contexto do PPCS, e tendo em vista seu horizonte temporal, estão previstas as seguintes ações para a A3P:

- Triplicar o atual número de adesões formais (pelo menos 100 novas adesões anuais), com foco especialmente nos órgãos que compõem o setor público federal, incluindo o executivo, o judiciário e o legislativo;
- Realizar anualmente, por iniciativa do Executivo ou de seus parceiros, campanha nacional da A3P, com foco nos seus principais temas, buscando sempre a conexão com o atual PPCS;

- Contribuir para a capacitação de gestores públicos com a elaboração de um programa de **capacitação continuada em A3P**;
- Realização de um Fórum Anual da A3P, cada edição orientada para a otimização de esforços de outras linhas e ou programas do PPCS, como reciclagem e as compras sustentáveis;
- Fortalecer e ampliar a **Rede A3P**, com o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade e com publicação de boletim informativo – on-line – de periodicidade trimestral, buscando disseminar boas práticas e avanços nos temas do PPCS;
- Promoção anual do Prêmio “**Melhores Práticas em A3P**”,
- Desenvolvimento de indicadores e de mecanismos de verificação dos avanços, de modo a contribuir com metas mensuráveis para a implementação do PPCS e da PNRS.

4.4 Aumento da reciclagem de resíduos sólidos

O consumo mundial de produtos manufaturados vem apresentando crescimento exponencial nas últimas três décadas. Relatório do *WorldWatch Institute*, “Estado do Mundo 2010”, traz um quadro preocupante: em 2008 os consumidores compraram 68 milhões de carros, 85 milhões de geladeiras, 297 milhões de computadores e 1,2 bilhão de celulares. Aumento do consumo significa aumento na geração de resíduos e da necessidade de aumentar a capacidade de tratá-los, seja reaproveitando parte deles, reinserindo nas diversas cadeias produtivas os resíduos que têm valor econômico, seja dando à parte não aproveitável uma destinação final adequada.

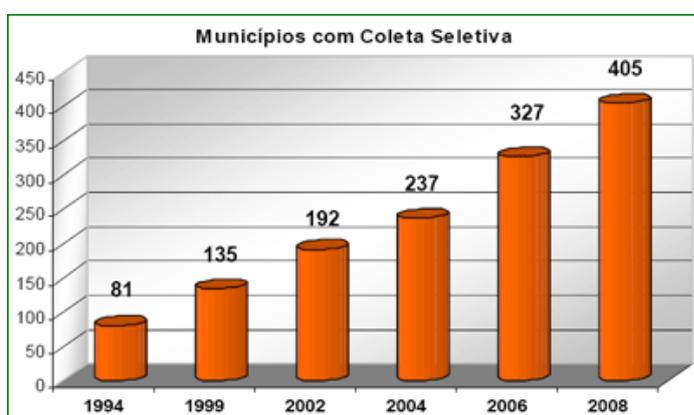
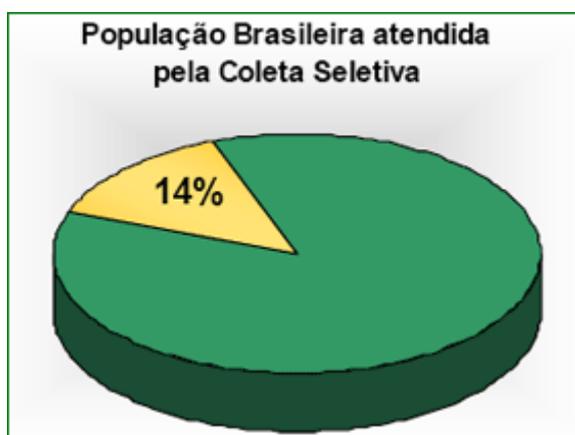
Influenciar toda a cadeia produtiva de um produto e todo o seu ciclo de vida é o objetivo matricial de um Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis. Reciclar o mais que se puder dos resíduos gerados – em todas as etapas da vida de um produto, desde a sua produção, distribuição, consumo e pós-consumo – é objetivo indissociável de um plano de ação orientado para a busca de mais sustentabilidade. Aumentar as atividades de reciclagem no Brasil é assim uma das mais importantes prioridades do atual PPCS.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) traz como um de seus objetivos o incentivo à indústria da reciclagem, necessária para a destinação ambientalmente adequada dos materiais recicláveis que virão a ser recolhidos pelos sistemas integrados de gestão de resíduos sólidos estabelecidos pela lei. O fomento ao

uso destes resíduos como matéria-prima para o processo produtivo é outro objetivo da PNRS e prática fundamental da produção sustentável. A reciclagem promove o reconhecimento dos resíduos como um bem de valor econômico e social, gerador de emprego e renda.

O cenário sobre o qual atuarão a PNRS e o PPCS é conhecido e desafiador: na ausência de um marco legal nacional que estabelecesse regramento para a destinação dos resíduos sólidos, ocorreu a proliferação de lixões e aterros no País. Hoje, 67% dos resíduos coletados são destinados a uma destas formas de disposição^{vi}. Além de trazerem sérios riscos ambientais e à saúde humana, lixões e aterros misturam resíduos e rejeitos, inutilizando boa parte dos materiais que poderiam ser reciclados, desperdiçando bilhões de reais que poderiam imprimir maior dinamismo à economia, além de melhorar a vida de milhares de catadores.

A coleta seletiva – elo fundamental na cadeia de fomento à reciclagem – está atualmente presente em cerca de 7% dos municípios brasileiros – ou seja, menos de 500 dos 5.565 municípios brasileiros contam com a separação de materiais recicláveis. Estima-se que a média nacional de coleta seletiva, que é 0,02 kg/habitante/dia, represente cerca 2,4% da coleta regular total de resíduos sólidos urbanos (RSU) no País. Entre os programas de coleta seletiva, 43% deles têm relação direta com cooperativas de catadores.



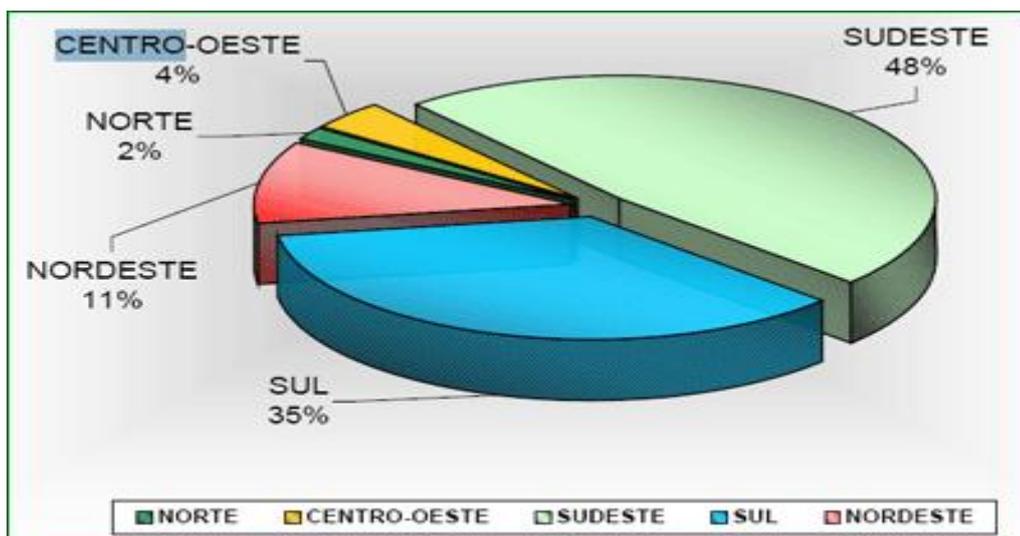


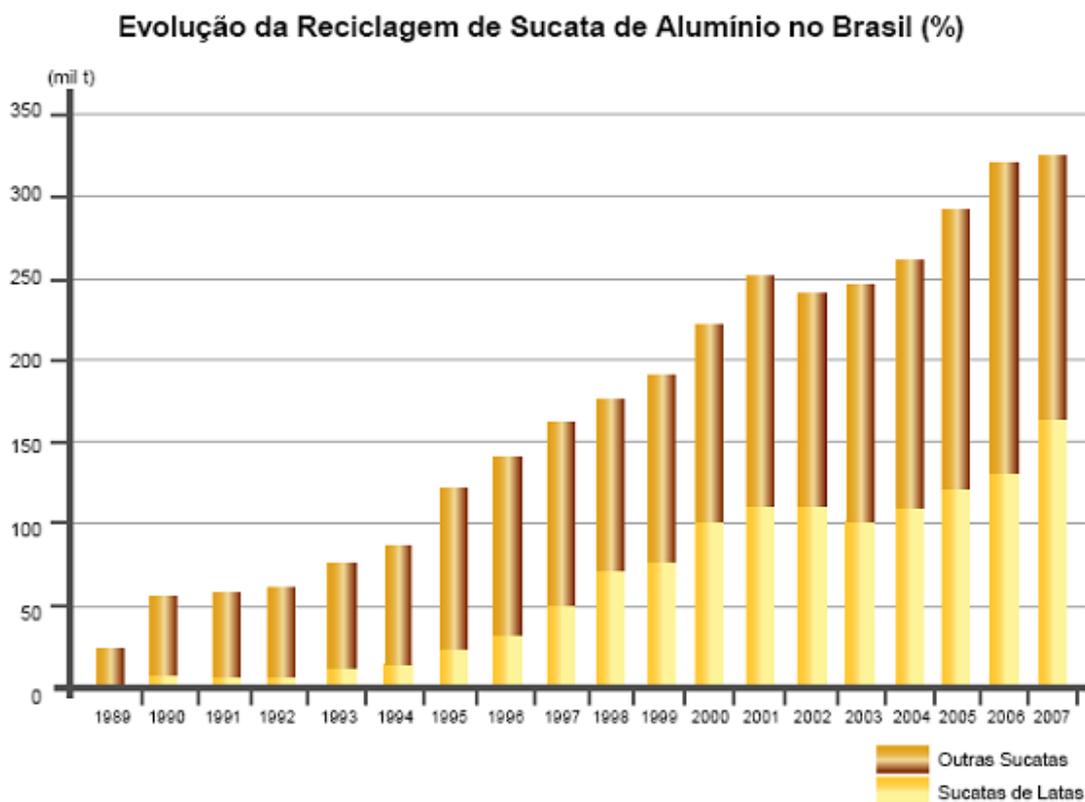
Figura 6. População brasileira atendida pela coleta seletiva

Figura 7. Municípios com coleta seletiva

Figura 8. Programas de coleta seletiva por região

Fonte: Cempre, pesquisa Ciclossoft 2008 - http://www.cempre.org.br/ciclossoft_2008.php

Ainda que não alcance índices significativos no cômputo geral, o Brasil vem se destacando, comparado aos demais países, na reciclagem de alguns materiais, como é o caso do papel, vidro e alumínio.



Fonte: ABAL – Associação Brasileira de Alumínio

Figura 9. Evolução da Reciclagem de Sucata de Alumínio no Brasil

Reciclagem do Papel

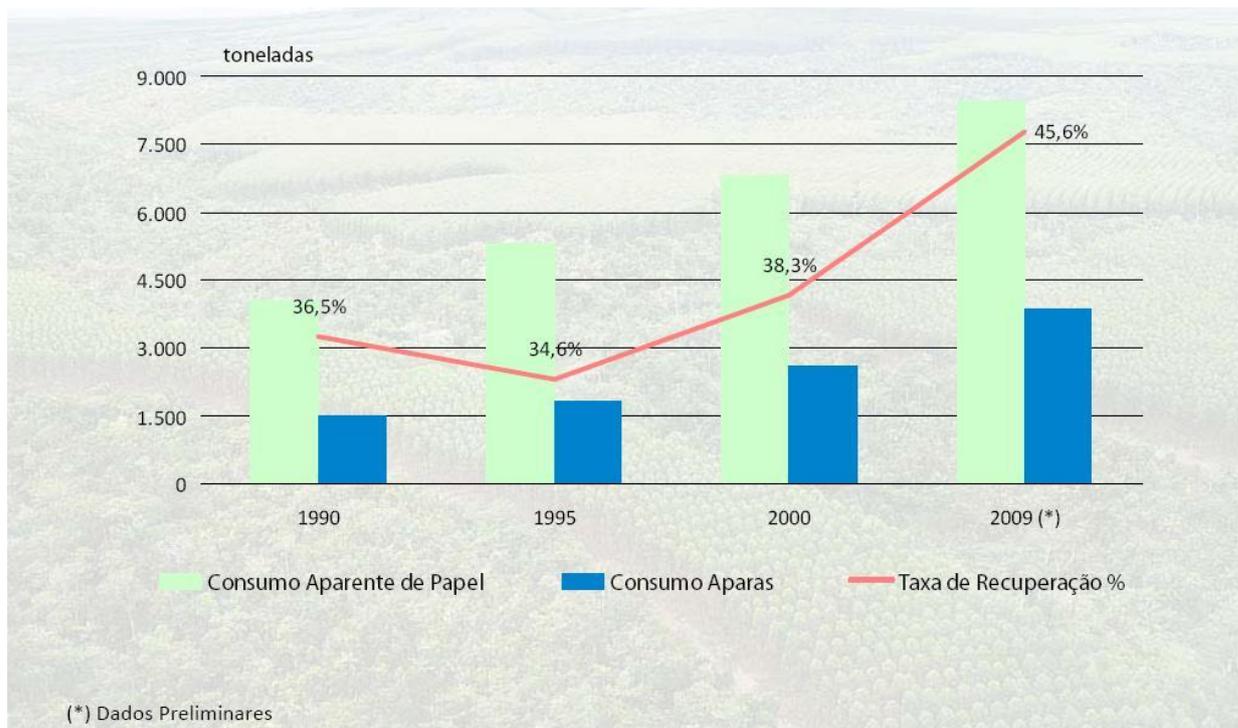
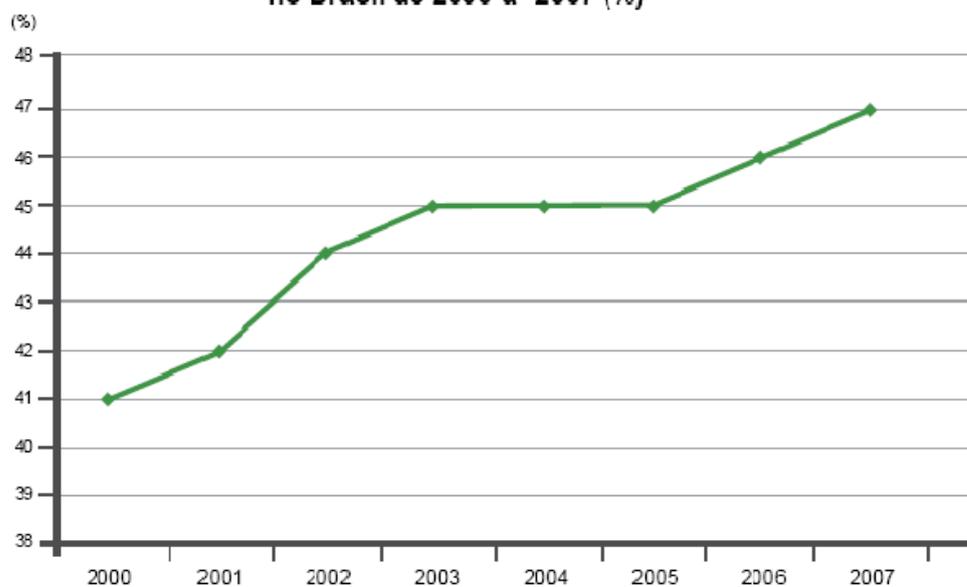


Figura 10. Reciclagem do Papel

Fonte: Bracelpa - Associação Brasileira de Celulose e Papel - Panorama da Indústria Brasileira de Celulose e Papel - Julho 2010 (<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/booklet/booklet.pdf>)

Evolução dos Índices de Reciclagem de Vidro no Brasil de 2000 a 2007 (%)



Fonte: AEVIDRO - Associação Brasileira da Indústria de Vidro

Figura 11. Evolução dos índices de reciclagem de vidro no Brasil de 2000 a 2007

Estudos recentes realizados pelo IPEA por solicitação do MMA, afirmam ser da ordem de R\$ 8 bilhões o valor potencial a ser alcançado com a otimização da reciclagem. Se todo material potencialmente reciclável, em lugar de ser disposto nos aterros e lixões, for encaminhado à reciclagem, atingiríamos cerca de 0,275% do PIB nacional (que era de R\$ 2,9 trilhões em 2008, segundo dados do IBGE).

Estima-se que a importância atual da reciclagem para a economia do país está aproximadamente entre R\$ 1,4 bilhão, no que diz respeito à porcentagem mínima de reciclagem, e R\$3,3 bilhões em sua melhor performance. É o que mostra o quadro a seguir.

Estimativa dos benefícios potenciais gerados pela reciclagem

Materiais	Benefícios gerados pela reciclagem (R\$/t)	Quantidade de material presente no RSU (mil t)	Benefício potencial total (R\$ mil)
Aço	88	1.014	89.232
Alumínio	2.941	166	488.206
Celulose	241	6.934	1.671.094
Plásticos	1.107	5.263	5.826.141
Vidro	18	1.110	19.980
Total			8.094.653

Figura 12. Estimativa dos benefícios potenciais gerados pela reciclagem

A reciclagem representa movimentação entre 8,33% e 19,64% em relação ao valor total gasto em 2008 com o Serviço de Limpeza Urbana, que atingiu a marca dos R\$16,8 bilhões de reais.¹³

Para promover a reciclagem, o Brasil conta com o seguinte arcabouço legal federal:

- Decreto 5.940 (25/10/2006) / Coleta Solidária (Esplanada dos Ministérios) - Instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências;
- Resolução CONAMA 416/2009, que dispõe sobre a destinação de pneus inservíveis;
- Resolução CONAMA 362/2005, que dispõe sobre a destinação de óleos lubrificantes – atualmente em revisão;

- Resolução CONAMA 307/2002, que dispõe sobre resíduos da construção civil – atualmente em revisão;
- Resolução CONAMA Nº 257/99, que dispõe sobre a destinação de pilhas e baterias;
- Lei de Saneamento Básico (nº 11.445/2007) e Decreto Regulamentador;
- Lei 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Esta lei foi alterada pela lei nº 9974/2000, que descreve com detalhes os procedimentos para a devolução, destinação, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização das embalagens vazias e efeitos sobre o meio ambiente, decorrentes da destinação inadequada dos recipientes de agrotóxicos regulamentada pelo decreto nº 4074/2005.

Encontra-se em preparação no CONAMA, a aprovação de duas resoluções com impacto direto nas expectativas de melhoria na performance da reciclagem: a que dispõe sobre a descarte e destinação corretos de eletroeletrônicos e a que dispõe sobre a coleta e destinação correta dos resíduos gerados pelas lâmpadas de sódio e vapor de mercúrio. Em estado avançado de discussão nas câmaras técnicas do CONAMA, a expectativa é que estas duas resoluções possam ser aprovadas e entrar em vigor ainda em 2010.

Além do arcabouço legal que vem disciplinando e fomentando a atividade de reciclagem, o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima (dezembro de 2008) estabeleceu metas e horizontes de tempo para o aumento da reciclagem no país:

Ano	Crescimento na Reciclagem
2015	20,00%
2020	25,00%

Figura 13. Crescimento na Reciclagem

Fonte: Plano Nacional Sobre Mudanças do Clima – PNMC / 2008
Compromisso pelo Meio Ambiente, Saúde e Saneamento Básico / 2009

Para atingir estas metas, espera-se, para os próximos três anos:

- Completar a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Elaborar e implementar os acordos setoriais para o fluxo de resíduos obrigatórios pela PNRS: produtos eletroeletrônicos e seus componentes; agrotóxicos e embalagens; lâmpadas de vapores mercuriais; pilhas e baterias; óleos lubrificantes; embalagens metálicas, plásticas e de vidro; e outras embalagens e produtos;
- Implantar o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU);
- Estimular, por meio de instrumentos diversos, a criação de mercado para recicláveis;
- Difundir a educação ambiental visando à coleta seletiva, a prevenção da geração de resíduos e a redução da geração promovendo o consumo sustentável;
- Consolidar a reciclagem como importante ferramenta para minimização do volume de resíduos encaminhados para aterros sanitários e a reinserção produtos na cadeia produtiva.

Para realizar estes objetivos, algumas ações já estão em curso, tais como:

- Acordo de cooperação entre o MMA e o CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem): obtenção do inventário de resíduos eletroeletrônicos no Brasil – esse estudo será realizado até dezembro de 2010;
- Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos – IPEA/MMA: estudos com vistas ao desenvolvimento do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU);
- Estudo no âmbito do **Projeto TAL Ambiental**: Aspectos Técnicos Econômicos, Ambientais e Sociais dos instrumentos previstos na Lei que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Centros de Recuperação de Computadores – programa desenvolvido pelo MPOG - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação: ações de recolhimento e recuperação de computadores visando a inclusão digital;
- Programa de Recolhimento de Geladeiras com vistas a recuperação do Gás CFC (no âmbito do Protocolo de Montreal) – Parceria SMCQ/SRHU: prevê-se a inserção dos catadores, por meio de associações ou cooperativas, no processo de logística reversa das geladeiras;

- Participação MMA (SRHU, SAIC, SMCQ) nos grupos de trabalhos visando o detalhamento do PBACV – Programa Brasileiro de Análise do Ciclo de Vida – no âmbito do Conselho Nacional de Metrologia (CONMETRO);

Além dessas ações, grande parte já em curso e contratadas, no âmbito do PPCS, estão previstas as seguintes ações para essa prioridade:

- Desenvolvimento de programa de **pagamento por serviços ambientais urbanos**, premiando com incentivos fiscais e financeiros todos os agentes que contribuem para a melhoria da qualidade ambiental urbana, entre eles os recicladores e catadores;

- Elaborar estudos e diagnósticos para **identificar as principais cadeias produtivas geradoras dos resíduos sólidos** no País e hierarquizá-las segundo critério relacionado com os impactos à saúde humana e ao meio ambiente;

- Elaborar estudos e instrumentos para **redução de IPI** para produtos que contenham materiais reciclados na sua composição;

- Elaboração de materiais didáticos e campanhas dirigidas sobre os impactos da geração de resíduos sólidos, buscando sensibilizar para a importância da reciclagem.

- Promover as boas práticas de ecoeficiência, produção mais limpa e de prevenção à poluição, divulgando experiências bem-sucedidas na redução de matérias-primas, água, energia e geração de resíduos, bem como em disposição final adequada e reciclagem;

- Reforçar os procedimentos técnicos para determinar a quantidade de resíduos gerados e as alterações em sua composição, com o objetivo de formular políticas de minimização da geração, utilizando instrumentos econômicos ou outros mecanismos para promover modificações benéficas nos padrões de produção e consumo;

- Desestimular, por meio de instrumentos econômicos, o uso de embalagens não recicláveis ou não retornáveis;

- Buscar a sustentabilidade dos serviços públicos de saneamento, adotando soluções limpas viáveis economicamente para o gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos através da gestão ambiental compartilhada fortalecendo e dando transparência sobre tais serviços para a sociedade;

- Apoiar os estados e municípios com apoio técnico e financeiro nas ações de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Apoiar a criação de cooperativas de catadores e melhorar os programas de gestão das existentes, estabelecendo parcerias com o setor público e privado, incluindo empresas, universidades e organizações da sociedade civil.

Com esse conjunto de ações espera-se em três anos, horizonte de tempo do atual PPCS, estabelecer metas mais ambiciosas para o aumento da reciclagem, tendo contribuído para aumentar a cultura técnica e política pró-reciclagem no País, e ampliado consideravelmente os incentivos e instrumentos de comando e controle relacionados a essa prioridade.

O efeito sistêmico esperado com a execução destas atividades, previstas tanto no PPCS quanto na implementação da PNRS, é ter uma produção e um consumo cada vez mais sustentáveis, bem como estabelecer uma robusta indústria da reciclagem no Brasil, com inclusão social.

4.5 Promoção de Iniciativas de PCS em construção sustentável

O setor da construção civil é um dos principais indutores do novo ciclo de crescimento nacional. Sua cadeia produtiva, que inclui a construção de edificações, obras viárias e a construção pesada (obras de infra-estrutura e plantas industriais), estende-se para dezenas de segmentos de fornecedores de matérias-primas, equipamentos, serviços e distribuição ligados à sua atividade. Este setor representa 9,2% do PIB brasileiro e é responsável pela ocupação de mais de 10 milhões de pessoas.

O setor tem alto consumo de recursos naturais e gera grandes volumes de resíduos – desde aqueles gerados na produção dos insumos utilizados - até os derivados da execução ou manutenção da obra. Estima-se que, no Brasil, 50% dos recursos naturais extraídos têm como destino a indústria da construção, que é responsável também por mais de 50% da produção de resíduos sólidos urbanos (entulho) e por 40% da energia consumida.

A magnitude do impacto gerado pela construção civil, aliada à relevância das iniciativas iniciadas há cerca de uma década para torná-la mais sustentável, bem como a sua importância econômica determinaram sua presença entre as prioridades do presente

Plano. O objetivo da prioridade Promoção de Iniciativas de PCS em construção sustentável é induzir o setor da construção a utilizar práticas mais sustentáveis que venham melhorar a qualidade de vida dos usuários, dos trabalhadores e do ambiente que cerca as edificações, contribuindo para as metas de diminuição de resíduos e de conservação dos recursos naturais.

Segundo o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), instituição criada em 2007 com objetivo de induzir o setor da construção a utilizar práticas mais sustentáveis, consome-se, no Brasil, cerca de 1 tonelada de materiais de construção por metro quadrado de área edificada. O déficit de moradia no País está entre 5 e 10 milhões de unidades somente para as classes econômicas menos favorecidas, apontando fortemente para a necessidade de se atender a esta demanda adotando tecnologias e materiais menos agressivos ao meio ambiente e menos intensivos em água e energia. A área da construção civil apresenta ainda um enorme potencial para reciclagem e utilização de materiais reciclados como veremos a seguir.

Outro aspecto tipicamente brasileiro na construção civil que precisa tornar-se sustentável é o **consumo de madeira**. Segundo a campanha da ONG Greenpeace “Cidade Amiga da Amazônia”, 64% da madeira ilegalmente extraída na Amazônia fica no próprio País e é largamente utilizada no setor da construção civil, em particular pelo estado de São Paulo

O estudo “Conexões Sustentáveis: Amazônia-São Paulo”^{vii} reforçou a ligação predatória entre o consumo de madeira no estado mais rico do País e a devastação da Amazônia. Em função deste relatório, o governo de São Paulo aprovou legislação que estabelece a exigência de madeira certificada para utilização nas obras públicas estaduais e municipais – que utilizam cerca de um terço da madeira consumida no estado.

A lei que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (lei nº 12.187/2009) determina, em seu artigo 11, parágrafo único, que decreto do Poder Executivo estabelecerá metas gradativas de redução de emissões antrópicas de diversas atividades, entre elas a construção civil. É notória a relação positiva entre a prática da construção sustentável e o combate às mudanças climáticas.

Segundo o ICLEI (Conselho para Iniciativas Locais), organização que vem participando das discussões sobre **green building** (construção sustentável), a transformação esperada no setor da construção civil pode ter o mesmo impacto na redução de emissões de gases do efeito estufa que o Protocolo de Kyoto^{viii}. Somente com

a adoção de práticas sustentáveis de conservação e uso racional no setor da construção civil é possível reduzir entre 30% e 40% o consumo global de energia e de água.

A construção sustentável vem ganhando espaço no Brasil e provando que tem balanço positivo na conta de custo-benefício: ainda que encareça em cerca de 10% a obra, o retorno é superior a este percentual em termos de redução do consumo de água e energia e também da produtividade em caso de imóveis comerciais ou de escritórios. Dentre suas diretrizes estão: análises de longo prazo no planejamento da obra, escolhas que promovam eficiência energética, uso racional de água e seu reaproveitamento, potencialização das condições naturais locais (ventilação, iluminação, calor), e uso de materiais e técnicas ambientalmente amigáveis. A qualidade interna dos ambientes e a gestão dos resíduos produzidos também são levadas em consideração no momento do projeto ou da readequação de construções já existentes (retrofit).

O Brasil está avançando em relação às **certificações de construções sustentáveis**. A certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), de origem norte-americana, foi desenvolvida pela ONG *United States Green Building Council* e é a mais popular, já utilizada em alguns projetos brasileiros. O selo AQUA – Alta Qualidade Ambiental – é o primeiro selo de certificação de construções sustentáveis que leva em consideração as especificidades do Brasil, desenvolvido pelo Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Apresentado em 2008, o AQUA começa a ganhar mercado.

Em 2009, a Caixa Econômica Federal lançou o programa Selo Casa Azul CAIXA, no qual incentiva o uso racional de recursos naturais na construção de empreendimentos habitacionais, a redução do custo de manutenção dos edifícios e das despesas mensais de seus usuários. Estima-se que 77% das construções em São Paulo são “autogeridas”, feitas pelos próprios moradores, sem o acompanhamento de arquitetos ou engenheiros. É característico deste tipo de construção o desperdício de material. Este cenário demonstra a importância em difundir os conceitos da construção sustentável também entre os consumidores.

O Brasil sediará a **Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016**. É orientação do Governo Federal que estes eventos esportivos sejam caracterizados pela sustentabilidade. Portanto, a construção de estádios, arenas, quadras esportivas e equipamentos públicos em todo o País deverá observar as diretrizes da construção sustentável.

Dentre as ações já realizadas ou em andamento pelo Governo na área, destacam-se:

- O **Programa Minha Casa Minha Vida**, programa de habitação do Governo Federal em parceria com estados, municípios e iniciativa privada, que define os critérios de instalação de equipamentos de aquecimento solar de águas na construção de 1 milhão de casas populares. Estão previstos investimentos de 34 bilhões de reais;
- O **Projeto “Esplanada Sustentável” – Retrofit** encontra-se em fase de discussão no âmbito da Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trata-se de proposta de modernização do envoltório e dos equipamentos considerados ultrapassados ou fora da norma nos antigos prédios públicos da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com a finalidade de aumentar sua vida útil, por meio da incorporação de tecnologias modernas e utilização de materiais avançados;
- O **Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações – PROCEL EDIFICA** é um programa voluntário de etiquetagem de eficiência em edifícios públicos e comerciais (abarcando o envoltório, a parte física do edifício; o sistema de iluminação, a iluminação interna do edifício de acordo com as diferentes atividades pelo usuário; e o sistema de condicionamento de ar, que avalia o tipo de aparelho a ser utilizado e sua eficiência nas diferentes áreas do edifício). É um dos muitos subprogramas específicos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, criado em 1985 pelos Ministérios de Minas e Energia e da Indústria e Comércio e transformado em Programa de Governo em 1991.

No contexto do PPCS estão previstas ainda as seguintes ações para essa prioridade:

- Desenvolver e implantar metodologia para determinação do ciclo de vida dos principais materiais, componentes e sistemas usados na construção civil;
- Desenvolver a indústria de reciclagem de resíduos da construção civil e normatizar os produtos reciclados;
- Fomentar o desenvolvimento de programas de etiquetagem para construção sustentável conforme o modelo PROCEL MME/MMA;
- Apoiar e participar de programas no setor de construções sustentáveis, compreendendo os seguintes temas: ecodesign e arquitetura amiga do meio ambiente; eficiência

energética, uso racional da água, inovação tecnológica, treinamento e melhoria da mão de obra, gestão da qualidade, gestão de resíduos e conservação ambiental;

- Elaborar manuais que mostrem os impactos das escolhas de construções pelo consumidor, seja em novas construções, seja em reformas, de modo a induzir a utilização de técnicas e materiais de menor impacto sócio-ambiental;

- Utilizar os instrumentos existentes para a regularização fundiária sustentável, urbanística e ambiental de favelas e zonas rurais, garantindo o seu reassentamento em condições dignas, apoiando processos participativos e instrumentos de planejamento, como as ZEIS, o ZEE, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), a Agenda 21, o Plano Diretor Participativo e outros;

- Incentivar o uso, por meio de linhas de crédito, financiamento e subsídios, em edifícios e residências, de sistemas de aproveitamento da energia solar, fotovoltaica e energia solar fototérmica; da energia eólica e outras formas de energia renováveis, de modo a disseminar a cultura da conservação de energia e do aproveitamento apropriado segundo a característica do imóvel e da região;

- Divulgar, incentivar e implantar práticas sustentáveis de reuso da água para usos secundários; de captação de água da chuva, respeitando-se a área mínima permeável para a infiltração de água no solo; de coleta seletiva de lixo e uso de materiais livres de componentes tóxicos.

DESTAQUE: Ações para a Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 – Apoiar e participar dos programas no setor da construção sustentável que aborda os seguintes temas: eficiência energética, uso racional da água, inovação tecnológica, treinamento a melhoria da mão de obra, gestão da qualidade, gestão de resíduos e qualidade ambiental.

4.6 Varejo e consumo sustentáveis

Para que o Consumo Sustentável torne-se uma realidade, não basta que haja a conscientização da sociedade sobre a pressão de suas atividades de consumo no meio ambiente e o conseqüente surgimento da demanda por produtos mais sustentáveis – é necessário que haja também a oferta destes produtos e informação sobre eles.

O ciclo de produção e consumo sustentáveis não estaria completo sem a participação ativa do setor varejista. O setor que distribui e torna acessível aos consumidores a maior parte dos produtos e serviços consumidos hoje nos centros

urbanos – onde reside mais da metade da população do planeta e cerca de 80% da população brasileira – é de fundamental importância tanto para organizar a demanda por produtos mais sustentáveis quanto para promover novos padrões de consumo.

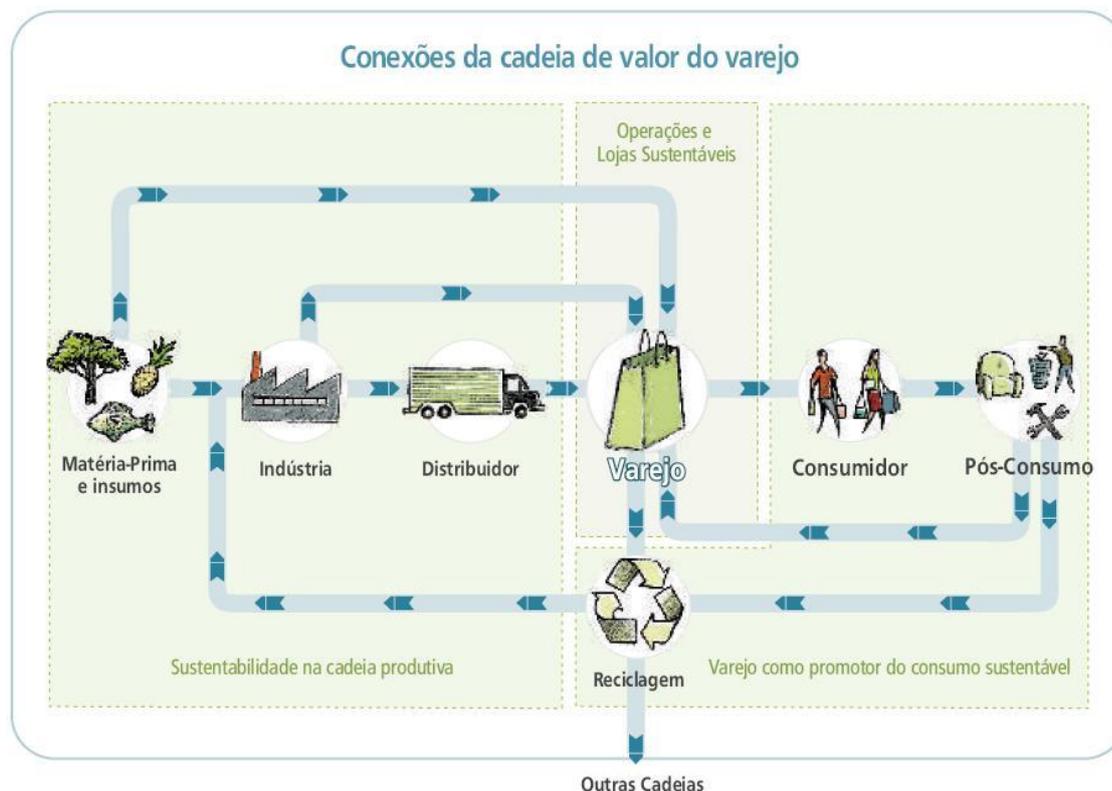


Figura 14. Conexões da cadeia de valor do varejo

Fonte: Fórum de Varejo e Consumo Sustentável: experiência, debates e desafios / coordenação Juracy Parente, Jacques Gelman, Roberta Cardoso; redação, edição e revisão: Luiz Macedo, Maria

O setor varejista inclui supermercados, shopping centers, e também quaisquer estabelecimentos que comercializem: combustíveis e lubrificantes; produtos alimentícios, bebidas e fumo, calçados; móveis e eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; equipamento e material para escritório e comunicação; livros, jornais, revistas e papelaria; outros artigos de uso pessoal e doméstico; automóveis e outros veículos; e materiais de construção. Estudos promovidos dentro e fora do Brasil mostram que o setor varejista é importante indutor de novos comportamentos tanto por parte dos consumidores como por parte dos produtores. É visível a influência de grandes compradores, como as redes de supermercados, que não podem ter suas exigências ignoradas pelas empresas produtoras de alimentos, remédios, vestuário e utensílios domésticos.

Dentre todos os segmentos do varejo, o PPCS focará nestes três primeiros anos o setor supermercadista. Esse foco se justifica pela importância econômica do setor e pela sua capacidade de influenciar a população em geral, nos seus hábitos cotidianos de escolher alimentos, vestuário, e outros produtos que remetem à rotina da maior parte dos cidadãos. É um setor que vem se expandindo, mostrando notável desempenho econômico e engajamento nas políticas de responsabilidade social empresarial (RSE).

Segundo publicação de referência do setor, Panorama 2010 SuperHiper, o mesmo faturou R\$ 158,5 bilhões em 2009 e possui uma capilaridade de 76 mil lojas espalhadas pelo País. Ao pressionar seus fornecedores por produtos mais sustentáveis e aumentar a oferta desses produtos junto ao consumidor, pode-se dizer que uma notável estrutura está sendo disponibilizada para operar mudanças no ciclo de produção e consumo.

O objetivo da prioridade **Varejo e Consumo Sustentáveis** é debater com o setor varejista a adoção de práticas internas (empreendidas para melhorar a performance da gestão socioambiental de lojas e operações) e a promoção de práticas mais criteriosas de consumo por parte de seus clientes, cidadãos-consumidores.

O primeiro conjunto é comprovado pelos relatórios de sustentabilidade ou mecanismo similar onde as empresas demonstram, por meio de indicadores objetivos, o cumprimento de metas voluntariamente estabelecidas ou vinculadas a esforços como o *Global Compact* ou semelhantes.

O segundo conjunto – voltado aos consumidores – implica ofertar cada vez mais produtos sustentáveis, ecologicamente corretos, ou certificados, realizar campanhas de consumo consciente e melhorar a qualidade da informação e do marketing de vendas, agregando gradativamente às estratégias de comunicação valores éticos e práticos relacionados à sustentabilidade.

O Fórum de Varejo e Consumo Sustentável, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, São Paulo), cujas atividades tiveram início em 2008, tem relatado em suas publicações e pelo sítio que mantém na internet (www.varejosustentavel.com.br) uma série de iniciativas individuais e coletivas convergentes com os objetivos específicos do PPCS.

Dentre as iniciativas coletivas, destaca-se o **pacto setorial da carne bovina**, coordenado pela Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS, firmado entre governo, setor produtivo e organizações da sociedade civil para garantir a rastreabilidade da carne bovina, impedindo que a carne encontrada nos supermercados seja proveniente

de atividades pecuárias que promovem o desmatamento ilegal. Um pacto como esse não só tem efeitos positivos no comportamento do setor de abate, dos frigoríficos e supermercados, como se desdobra em efeitos igualmente virtuosos sobre os consumidores. Os efeitos positivos se estendem ainda às metas que o Brasil assumiu de redução do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa (PNMC).

Dentre as iniciativas individuais, assumidas por determinadas redes de supermercados e do comércio varejista, pode-se citar os programas para redução do consumo de sacolas plásticas que vêm sendo praticados há algum tempo, mas que ganharam robustez a partir da campanha iniciada pelo MMA em 2009. A rede Pão de Açúcar, com forte presença no sudeste do País, vende sacolas retornáveis a preço de custo desde 2005; a rede Walmart, que se expande fortemente no Nordeste, oferece descontos aos clientes que não usarem sacolas plásticas desde 2008; destaca-se ainda a rede Carrefour, que iniciou o banimento de sacolas plásticas em seus hipermercados em março de 2010. Outra ação importante foi a campanha da ABRAS para que as sacolas plásticas distribuídas pelo setor de autosserviço tenham a gramatura correta, disciplinada pela ABNT.

No contexto do PPCS existe um leque bastante amplo e desafiador de ações possíveis de serem realizadas pelo varejo, que guardam afinidade com os seus princípios e objetivos. A seleção das ações a seguir não conflita nem exclui outras que possam ser iniciadas voluntariamente pelo setor ou induzidas por algum plano setorial nacional. Elas têm em comum o fato de contribuírem significativamente para o aumento da consciência do consumidor, por disciplinar a cadeia de suprimentos e por, efetivamente, aumentarem a quantidade de serviços colocada à disposição da sociedade. As ações previstas, com duração de três anos e sujeitas a correções advindas de debates com o setor durante o período de consulta pública, são:

- Contribuir para o aumento da oferta de produtos sustentáveis em quatro categorias: alimentos; utensílios; vestuário; e limpeza e higiene. Um exemplo de ação neste sentido vem sendo praticado pela rede Walmart com a iniciativa denominada “*End to end*” (do produto final ao consumo final) onde a cada ano são lançados dez produtos redesenhados para melhorar sua performance socioambiental. Aumento na oferta desses produtos, bem como daqueles originados nas atividades de agricultura sustentável (orgânicos) e das cadeias da sociobiodiversidade, também estão aqui contemplados (castanha, açaí, óleos vegetais, etc.);

- Integrar ações do varejo ligadas à diminuição da geração de resíduos, à reciclagem, à educação de varejistas e consumidores, como, por exemplo: reduzir significativamente a utilização de sacolas plásticas para acondicionar alimentos ou transportar compras – com metas comuns de redução; aumentar o número de eco-estações ou PEVs (pontos de entrega voluntária de embalagens e resíduos) – estabelecendo uma meta comum para o setor de supermercados a ser cumprida nos próximos três anos;
- Incentivar a etiquetagem e a certificação, estabelecendo cotas de compra para produtos que apresentem selos de qualidade que incluam critérios socioambientais em seus processos de certificação;
- Promover junto à cadeia de suprimentos e a seus colaboradores (funcionários) informação que aumente a disposição por parte dos mesmos em contribuir para a adoção de práticas compatíveis com a produção e o consumo sustentáveis. Iniciativas nessa direção são os prêmios para varejo sustentável ora praticados por diferentes organizações. Os prêmios buscam dar visibilidade às boas práticas e incentivar a sua replicabilidade;
- Aumentar o número de lojas ecoeficientes ou com estruturas educadoras, visando mudança de comportamento por parte do setor e dos consumidores, relatando seus resultados. Estas lojas, consideradas verdadeiros laboratórios da sociedade que adota o consumo sustentável, precisam compartilhar dados e experiências que possam ser levados em consideração em políticas públicas e privadas que visem incrementar o consumo sustentável;
- Criar mecanismos de monitoramento, tais como indicadores, relatórios de performance e outros, que demonstrem economia crescente em água, energia e geração de resíduos, bem como redução de emissões nas lojas e operações, estabelecendo metas setoriais que possam ser acompanhadas – como, por exemplo, no caso do setor supermercadista, um “ranking de sustentabilidade do setor varejista” publicado pela ABRAS ou outra organização que congregue os interesses do setor com capacidade técnica para fazê-lo;

DESTAQUE: Ações para a Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 - Estimular a inclusão de produtos da sociobiodiversidade e de produtos sustentáveis pelas redes de varejo, pela rede hoteleira e por produtoras de eventos, a fim de otimizar iniciativas que já buscam ser reconhecidas dentro dos conceitos de “copa verde” e “olimpíadas verdes” – aludindo ao esforço concentrado de políticas governamentais ou privadas para aproveitar

os eventos como indutores para a produção e consumo sustentáveis. Espera-se aqui adicionar algumas ações específicas, ligadas, sobretudo, ao binômio “saúde e esporte” sugeridos por ambos os eventos.

5. ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPCS

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis foi estruturado para potencializar e dar escala a iniciativas em desenvolvimento, propor novas e fomentar outras já em curso, conformando um conjunto articulado e robusto de ações que possam ser implementadas, monitoradas e avaliadas nos próximos três anos.

Como é fácil observar, muitas das iniciativas que se inserem no PPCS não estão sob jurisdição única ou particular do MMA, necessitando pois o Plano, para seu sucesso, sustentar-se em uma estratégia de articulação permanente entre os demais ministérios e órgãos de governo, entre o executivo e o legislativo, entre as três esferas de governo, entre os diversos setores do empresariado e da sociedade civil organizada.

O período de três anos foi considerado pelo Comitê Gestor e pelo PNUMA (agência de cooperação que auxiliará na implementação do plano) o tempo ideal para se revisar o Plano, incorporando as novidades que possam resultar de várias dinâmicas a serem consideradas, tais como os esforços nacionais e internacionais para desenvolver a chamada economia verde (*green economy*) e aquelas oriundas do próprio aprendizado que a implementação dos primeiros programas e projetos deverá aportar.

Somente com ampla participação e transparência no processo de elaboração, implementação, atualização e aperfeiçoamento do Plano estará garantida não só a sua importância na agenda pública, mas o impacto de suas ações na mudança de comportamento tanto do setor produtivo quanto dos consumidores, sejam eles instituições ou indivíduos.

Finalmente, é estratégico para o PPCS e para o Brasil, cumprir a agenda internacional relacionada ao Processo de Marrakech, contribuindo tanto para as políticas de produção e consumo sustentáveis no âmbito do MERCOSUL e do continente, quanto para os processos em nível global, enviando representantes nos foros importantes e enviando relatos ao PNUMA e à CDS quando cabível, observando especialmente o calendário de eventos-chave coordenados pelo PNUMA e UNDESA, ou outros considerados estratégicos pelo Governo Brasileiro.

5.1 Mecanismos Institucionais

A seguir são listados alguns mecanismos institucionais que incorporam as estratégias mencionadas:

5.1.1 Incorporação de diversos *stakeholders* no processo de elaboração e acompanhamento do Plano – por meio do **Comitê Gestor** de composição multissetorial;

5.1.2 Consulta Pública: mecanismo participativo, aberto a toda a sociedade (nas fases de elaboração do Plano e da revisão, após três anos de vigência);

5.1.3 Diálogos Setoriais: mecanismo de aprofundamento dos temas, propostas e ações, com setores específicos do empresariado, do governo e da sociedade civil, em conjunto ou separadamente, para se construir consensos e eficácia na implementação do Plano; a proposta é realizar pelo menos um diálogo setorial com cada segmento (produtivo, governamental e sociedade civil) a cada ano;

5.1.4 Fórum Anual do PPCS: mecanismo de acompanhamento dos avanços e dificuldades de implementação do PPCS, cumprindo ademais o objetivo de servir como espaço para discussão, troca de experiências e de seleção – com vistas à divulgação – das melhores práticas em PPCS – respeitando as prioridades do Plano. A proposta é que além do Comitê Gestor Nacional, o Fórum seja presidido pela **CPDS – Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável**, que atualmente acompanha os progressos no Programa da Agenda 21.

5.1.5 Rede PyCS: Rede de Produção e Consumo Sustentáveis: a Rede de Informação em Produção e Consumo Sustentáveis para a América Latina e Caribe – RedPyCS, criada pelo PNUMA no âmbito da 5ª Reunião do Conselho Regional de Especialistas de Governo, em setembro de 2009, constitui-se num ambiente virtual que tem o objetivo de disseminar informações sobre PCS, viabilizando o intercâmbio de experiências, aproximando atores, fomentando a cooperação e constituição de parcerias, compartilhando desafios a serem enfrentados, publicizando resultados alcançados e

disseminando soluções exitosas na busca de novos padrões de produção e consumo.

Principalmente pela capacidade de gerar articulações e potencializar a mobilização de diferentes segmentos e atores sociais, a RedPyCS apresenta-se como uma excelente ferramenta no processo de implementação do PPCS, além de funcionar como um importante mecanismo de dotação de transparência a todo o processo.

5.1.6. Cooperação Técnica dentro e fora do País

Como já foi mencionado no início deste documento, o Processo de Marrakech é um processo internacional que envolve ações que o Brasil desenvolve autonomamente, e ações conjuntas, com países da região, do bloco econômico do MERCOSUL e também com países que estão participando neste esforço. Isso implica encontros, participações em fóruns e eventos internacionais, quase sempre organizados pelo PNUMA e pela UNDESA, mas não exclusivamente.

Além de uma assembléia especial da CDS que deverá ocorrer no próximo ano, e que poderá abrir novos horizontes para o Processo de Marrakech, sabe-se que um dos temas selecionados pela ONU para a Rio+20 (2012) é “produção e consumo sustentáveis”, como tema consonante e convergente com alguns dos mais importantes capítulos da Agenda 21 Global.

Qualquer que seja o nível considerado, a cooperação técnica com o PNUMA é fundamental para que o PPCS ganhe escala e reconhecimento internacional, aumentando a visibilidade do Brasil nas iniciativas orientadas para a sustentabilidade.

Para dar este suporte técnico e político ao PPCS foram desenvolvidas duas ações, conforme segue:

5.1.6.1 Cooperação PNUMA - Brasil

Está sendo firmado um projeto de cooperação técnica entre o MMA e o PNUMA para assistência técnica, a fim de assegurar que as contribuições do Processo de Marrakech nos âmbitos regional e internacional estejam refletidas nos desenvolvimentos em curso no Brasil do processo de implementação do PPCS.

Tal iniciativa está inserida no Projeto *“Policies in the Regions – Developing a recognized Framework and piloting new policy and management approaches through the Marrakech Process”*, incluído no Plano de Trabalho do PNUMA para os anos 2010 – 2011.

A duração do projeto entre o MMA e o PNUMA é de três anos, a contar de 2010, e contará com recursos para o desenvolvimento de atividades que contribuam para a implementação do PPCS, tais como:

- a) Elaboração de estudos técnicos e manuais metodológicos;
- b) Cursos de capacitação com a utilização dos materiais desenvolvidos no marco do Processo de Marrakech e de suas *Task Forces*;
- c) Apoio técnico para a criação de novas parcerias entre os governos, o setor privado e agências de financiamento e expansão das redes, iniciativas e parcerias existentes em PCS;
- d) Apoio a atividades de intercâmbio e cooperação técnica;
- e) Desenvolvimento de ferramentas de informação, tais como plataformas, redes e *clearinghouses*;
- f) Elaboração de materiais didáticos para o público consumidor.

As atividades do Projeto estarão baseadas numa abordagem multissetorial, com o envolvimento de instituições governamentais, de entidades privadas, de federações, de organizações da sociedade civil, da academia e do público em geral.

Espera-se que o projeto também facilite a coordenação e as sinergias no fornecimento de subsídios ao 10YFP, que será submetido à CDS/ONU entre 2010 e 2011.

5.1.6.2 Programa ECONORMAS – MERCOSUL

O Programa ECONORMAS – MERCOSUL foi assinado em 2009 entre a União Europeia e o Mercosul, como resposta à “Declaração de Princípios de Produção Mais Limpa para o Mercosul”, acordada em 2003, e à “Política de Promoção e Cooperação em Produção e Consumo Sustentáveis do Mercosul”, aprovada em 2007. Está inserido ainda no Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013 da cooperação entre os dois blocos econômicos.

O objetivo do Programa é melhorar a qualidade e segurança dos produtos originários do Mercosul e fortalecer a capacidade de conciliar o crescimento econômico com a gestão sustentável dos recursos e o fortalecimento da proteção ambiental.

Está baseado em quatro linhas de ações integradas: 1) a promoção da produção e consumo sustentável; 2) a luta contra a desertificação e os efeitos da seca; 3) avanços

para a implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Etiquetagem de Produtos Químicos (SGA); e 4) a convergência da base normativa e regulamentária – qualidade e segurança – de produtos em áreas específicas selecionadas e criação de capacidades regionais e avaliação da conformidade.

O Plano Operativo começará sua execução ainda em 2010 e prevê a produção e divulgação de informação sobre boas práticas de PCS no Mercosul, atendendo as características particulares de cada Estado Parte, e a criação de um fundo aplicado à implementação de práticas de gestão ambiental e produção mais limpa por parte das pequenas e médias empresas do bloco.

O custo total do Programa está orçado em 18 milhões de euros: 12 milhões de euros serão financiados pela UE por meio de fundos não reembolsáveis e 6 milhões de euros virão de contrapartida dos países do MERCOSUL. A partir da entrada em vigor, terá um período de aplicação de 60 meses.

5.2. Tipologia de Ações Contempladas no PPCS

Com a finalidade articular e de valorizar ações já em curso – tanto do setor governamental quanto não governamental, o PPCS prevê uma tipologia variada de ações em desenvolvimento e a serem desenvolvidas, que podem assim ser agrupadas e nomeadas segundo a sua natureza:

5.2.1 Ações Governamentais (AG): Iniciativas (em andamento ou previstas) sob a liderança e a coordenação técnica dos Ministérios do Governo Federal e de outros entes públicos como agências e autarquias, empreendidas com recursos públicos do Orçamento da União ou dos Estados e Municípios, ou de empresas ou bancos estatais – e que representem uma contribuição direta às prioridades do PPCS. Encaixam-se nesta categoria, por exemplo, o PROCEL EDIFICA, criado pelo Governo Federal em 2003 e implementado pelo Ministério de Minas e Energia com recursos próprios, com previsão de 3 milhões de reais para o biênio de 2009/2010. Também se encaixa nesta categoria o programa Minha Casa Minha Vida, implementado pela Caixa Econômica Federal.

5.2.2 Ações de Parceria (AP): iniciativas conjuntas entre o setor público e o setor privado e/ou sociedade civil organizada, com recursos mistos (aportes públicos e privados) sob coordenação ou monitoramento conjuntos. Embora guardem certa autonomia de execução ou desempenho em relação ao Governo, para fazer parte oficial do PPCS, estas ações devem conter mecanismos de monitoramento público – como

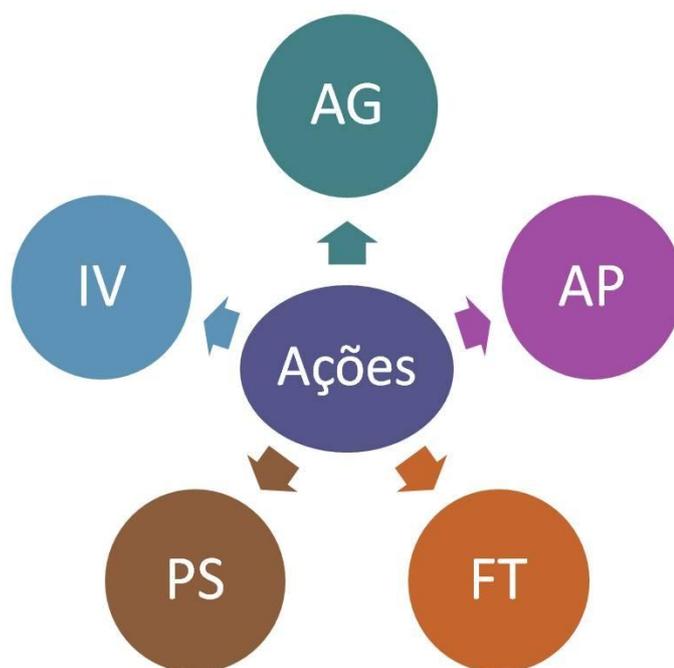
relatórios anuais e outros cabíveis, de acordo com a característica da iniciativa. Encaixam-se nesta categoria ações como a publicação do “Manual de Educação: Consumo Sustentável”, iniciativa conjunta MMA e IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor; e a parceria do Instituto Akatu com o MMA para a continuidade da campanha “Saco é um saco”, que visa a redução na utilização de sacolas plásticas.

5.2.3 Iniciativas Voluntárias (IV): Iniciativas empreendidas pelo setor privado ou por organizações da sociedade civil, sem o concurso de recursos governamentais, em execução ou previstas para o período do Plano, e planejadas como contribuição direta para se atingir prioridades do PPCS. Podem ser ações de empresas desenvolvidas individualmente, em grupo ou setor, representado neste caso por alguma associação empresarial ou entidade da sociedade civil. Para fazer oficialmente parte do Plano a iniciativa deve observar os critérios de transparência que incluem relatórios anuais e metas monitoradas - por agente externo à empresa ou organização. Encaixam-se nesta categoria ações como o Portal dos Serviços de Coleta e Reciclagem do setor de eletroeletrônicos executado pela organização não governamental Compromisso Empresarial pela Reciclagem (CEMPRE) e o Programa Nacional de Coleta e Destinação de Pneus Inservíveis executado pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP), entidade que representa os fabricantes de pneus novos no Brasil.

5.2.4 Acordos e Pactos Setoriais (PS): Acordos ou pactos efetuados entre produtores e seus *stakeholders* (atores relevantes tanto na cadeia produtiva como na cadeia de suprimentos, ou ainda na cadeia de valor de determinados produtos ou serviços) de modo a promover a produção, o uso e o consumo sustentável de produtos ou serviços específicos - claramente significativos na redução, mitigação ou prevenção de impacto socioambiental já detectado. São compromissos voluntários ou vinculantes, construídos de maneira participativa e transparente, estabelecendo medidas práticas e metas, bem como os instrumentos de monitoramento. Encaixam-se nesta categoria o Pacto da Soja Sustentável e o Pacto da Madeira Certificada. Nesses pactos ou acordos, o governo é necessariamente parte integrante e constitutiva, participando ativamente do monitoramento.

5.2.5 Forças-Tarefa (FT): São esforços concentrados para aquelas prioridades do Plano que ainda não possuem ações concretas em andamento, ou cronograma de desenvolvimento estabelecido, nem recursos ainda destinados. Para manter similaridade com a estrutura internacional do Processo de Marrakech serão denominadas Forças-Tarefa. O objetivo de cada FT é criar condições para que as

prioridades já indicadas pelo Comitê Gestor no futuro possam se converter em ações concretas. Essas Forças-Tarefa serão caracterizadas por estrutura específica que prevê a existência de um coordenador que tenha capacidade técnica ou financeira para executar as ações sob sua jurisdição. Cada FT terá prazo de 1 (um) ano para sugerir as ações prioritárias no seu tema de eleição. Encaixam-se na categoria de FT ações ainda em estágio de debate ou carentes de detalhamento, tais como: rotulagem ambiental, certificação e análise do ciclo de vida de produtos e serviços.



Para cada uma das modalidades de ação previstas no PPCS exigirá um TDR onde será descrito o arranjo institucional, os papéis, as responsabilidades e as contribuições técnicas ou financeiras previstas. Serão definidos também:

- os parceiros;
- a estrutura coordenadora;
- o eixo temático em que se insere;
- as ações e atividades previstas;
- os aportes de recursos;
- os resultados esperados
- os indicadores de acompanhamento;

- a modalidade e o formato do relatório de acompanhamento;

Os critérios de seleção das ações que farão parte do Plano deverão observar em primeiro lugar a relação direta com uma ou mais prioridades nele estabelecida, depois a relevância quanto aos efeitos positivos gerados. Ações pioneiras, de caráter pedagógico também serão consideradas, visto que os conceitos de PCS não estão ainda disseminados em todas as classes e segmentos sociais nem por todos os setores produtivos.

Abaixo é apresentada matriz que relaciona cada prioridade do PPCS às modalidades de arranjos institucionais para implementação, dentro do período considerado de três anos consecutivos a partir de 2010:

Matriz de prioridades do PPCS e mecanismos de implementação

Prioridade do PPCS	Ano de Execução	Modalidade de Implementação				
		AG	AP	IV	PS	FT
Varejo e consumo sustentáveis	2011-2013		X	X	X	
Agenda Ambiental na Administração Pública	2011-2013	X				
Educação para o consumo sustentável	2011-2013	X	X	X		
Aumento da reciclagem de resíduos sólidos	2011-2013	X		X		
Compras públicas sustentáveis	2011-2013	X				
Promoção de iniciativas de PCS em construção sustentável	2011-2013					X

É importante destacar que o rol das ações que visam implementar cada prioridade eleita para os três anos vindouros deverá ser completado no período de consulta, quando além da ampla possibilidade de participação **via internet** estão previstas reuniões com os setores diretamente relacionados às prioridades listadas.

Como já foi dito, os diálogos setoriais e o fórum anual farão os ajustes necessários

para que novas ações sejam agregadas às áreas de prioridade do PPCS.

Caberá à **CPDS** e ao **Comitê Gestor** acompanhar e prestar contas à sociedade e às demais instâncias previstas no processo de cooperação, nacional, regional e internacional, sobre os avanços e dificuldades de implementação do Plano. A secretaria executiva do Comitê Gestor continuará a ser exercida pelo MMA.

Também será tarefa do Comitê Gestor e da CPDS, futuramente, com base na experiência da implementação do Plano nos três primeiros anos, iniciar os trabalhos para elaboração da **Política Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis**, que tem o objetivo de internalizar as iniciativas em desenvolvimento e apoiá-las em termos orçamentários no **Plano Plurianual de Atividades (PPA)**.

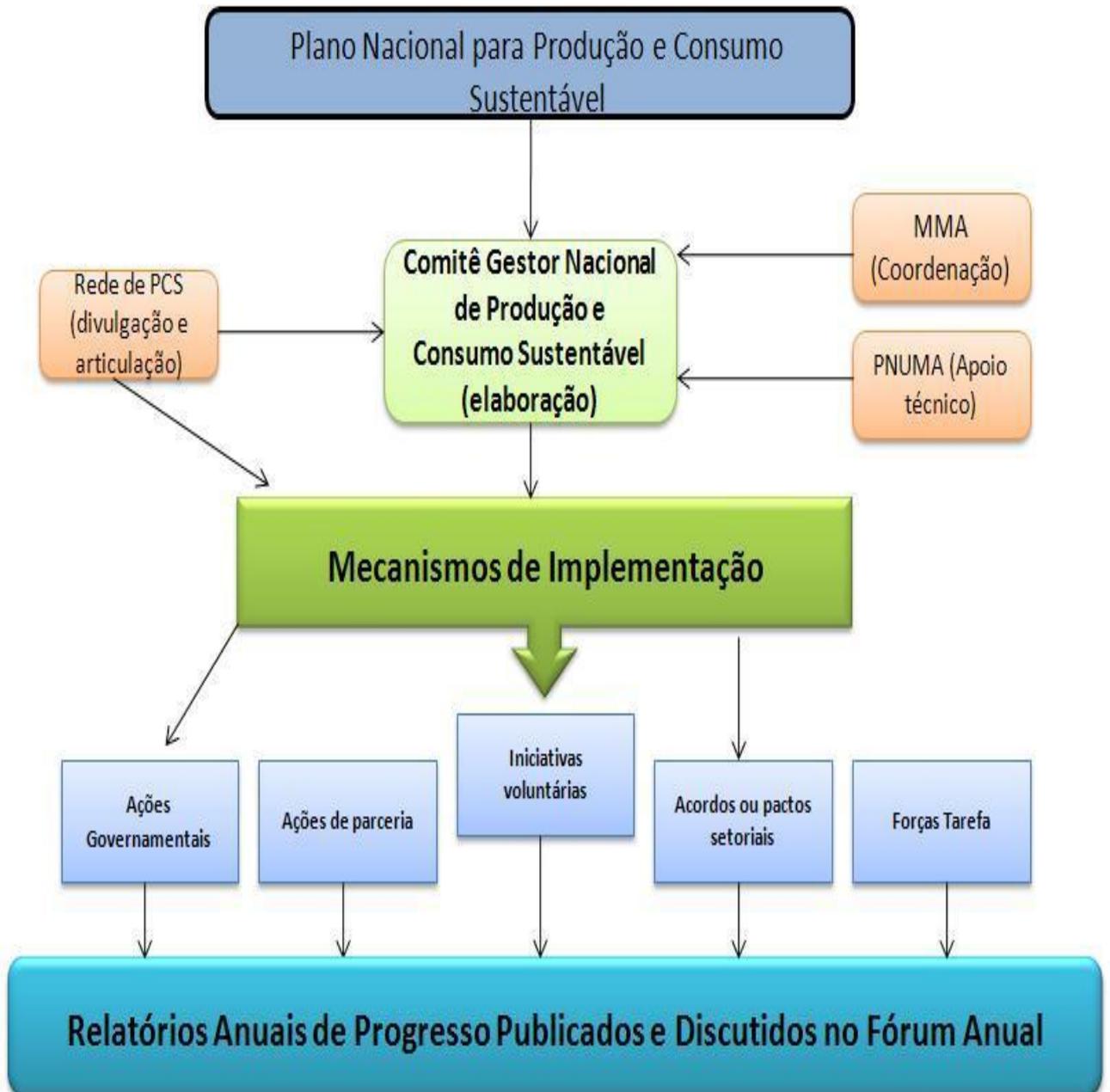
6. MECANISMOS DE MONITORAMENTO

6.1. Plano de monitoramento

Está previsto no Acordo de Cooperação Técnica MMA-PNUMA o desenvolvimento de um plano de monitoramento e avaliação do PPCS. Também a definição de uma grade de indicadores quantitativos e qualitativos que possam “conversar” com indicadores regionais e internacionais, de modo a se comparar os avanços do Brasil ao de outros países.

Outra forma de avaliar os avanços do PPCS será a realização de estudos de caso, de iniciativas tidas como exitosas no alcance das metas propostas pelo Plano. Com o conjunto de informações levantadas pelo sistema de monitoramento e os estudos de caso, espera-se criar subsídios para a atualização e o aperfeiçoamento do Plano ao final do período de três anos estipulado para a sua implementação.

Esquema Operacional para Implementação do PPCS



7. RELAÇÃO DE ACRÔNIMOS

ABIPT – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica

ACV – Análise de ciclo de vida

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública

AG – Ações governamentais

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável

CEBDES – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CGPCS – Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável

CFC – Clorofluorcarbonos

CNC – Confederação Nacional do Comércio

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CyMA – Competitividade e Meio Ambiente: Fomento à Gestão Ambiental e a Produção Mais Limpa

DQAM – Diretoria de Qualidade Ambiental na Indústria

DCRS – Diretoria de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FT – Força-Tarefa

GEE – Gases de Efeito Estufa

GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã

ICLEI – Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IV – Iniciativa voluntária

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MF – Ministério da Fazenda

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

ONU – Organização das Nações Unidas
ONGs – Organizações não governamentais
PCS – Produção e Consumo Sustentáveis
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
P+L – Produção Mais Limpa
PM – Processo de Marrakech
PNMC – Plano Nacional sobre Mudança do Clima
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA – Plano Plurianual
PPCDAM – Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável (PPCS),
PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia
RedPyCS – Rede de Informação em Produção e Consumo Sustentáveis para a América Latina e Caribe
SAIC – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industri
SGT-6 – Subgrupo de Trabalho do MERCOSUL nº 6 – Meio Ambiente
SMCQ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
10YFP – 10-Year Framework of Programmes on SCP
UNDESA – Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas

8. NOTAS DE REFERÊNCIA

ⁱ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Relatório do Desenvolvimento Humano, 1998: padrões de consumo para o desenvolvimento humano. Editora Trinova.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004: Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais, Ltda; tradução: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

ⁱⁱ Objetivos do Milênio: 1) acabar com a fome e com a miséria; 2) educação básica de qualidade para todos; 3) igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e 8) todo mundo pelo desenvolvimento.

ⁱⁱⁱ *Global Framework for Action on SCP* - Marco Global para Ação em Produção e Consumo Sustentável. Disponibilizadas em: <http://www.unep.fr/scp/marrakech>.

^{iv} Forças-Tarefa: 1.Cooperação com a África (liderado pela Alemanha); 2.Produtos Sustentáveis (Reino Unido); 3.Estilos de Vida Sustentáveis (Suécia); 4.Compras Públicas Sustentáveis (Suíça); 5.Turismo Sustentável (França); 6.Edifícios e Construções Sustentáveis (Finlândia); 7.Educação para o Consumo Sustentável (Itália).

^v As ações de educação ambiental previstas para a educação formal, implementadas em todos os níveis e modalidades de ensino, com ou sem o envolvimento da comunidade escolar, serão executadas em observância ao disposto nas legislações educacional e ambiental, incluindo as deliberações dos conselhos estaduais e municipais de educação e de meio ambiente, e devem ser articuladas com as autoridades educacionais competentes, conforme a abrangência destas ações e o público a ser envolvido; e respeitar o currículo, o projeto político-pedagógico e a função social dos estabelecimentos de ensino, bem como os calendários escolares e a autonomia escolar e universitária que lhes é conferida por lei.

^{vi} Conselho Brasileiro de Construção Sustentável. Disponível em: <http://www.cbcs.org.br>.

^{vi} Conexões Sustentáveis: Amazônia - São Paulo. Disponível em: <http://www.conexoes.provisorio.ws/>.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 BRASILEIRA. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/meioambiente/agenda_21_brasileira.pdf

AGENDA 21 GLOBAL. Disponível em [http:// www.un.org/esa/dsd/agenda21/index.shtml](http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/index.shtml), acessado em 22/07/2010.

BILL RYAN. Green Consumers: a growing market for many local businesses, nov/2006. Disponível em: <http://www.uwex.edu/ces/cced/downtowns/lbt/lts/LTB1106.pdf> acessado em 20/06/2010.

INSTITUTO AKATU para o Consumo Consciente, FABER CASTEL. Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente? Pesquisa nº7 – 2006; São Paulo: Instituto AKATU, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Nacional de Mudança do Clima – PNMC. Brasil, 2008.

WORLD WATCH INSTITUTE. Estado do Mundo 2010: Transformando Culturas, do Consumismo à Sustentabilidade. Brasil: UMA Editora.

ANEXO I - METODOLOGIA DA CONSULTA

A consulta pública ao texto do documento intitulado Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis é aberta as contribuições, sugestões e ajustes, sugestões de supressão ou inclusões por parte de qualquer organização governamental ou não-governamental brasileira através de seus representantes identificados no período de 45 dias, contados a partir de seu lançamento oficial e da sua disponibilização via internet nos sítios oficiais do Ministério - MMA, que está previsto para ocorrer dia 14 de setembro de 2010.

As contribuições ou sugestões advindas nesse período deverão ser enviadas ao MMA por meio do seguinte endereço eletrônico [http://: www.mma.gov.br/ppcs](http://www.mma.gov.br/ppcs). Além disso, deverão ser incorporadas ao formulário que vem a seguir, de modo a facilitar a consolidação final do documento. Não serão aceitos documentos escritos ou digitais adicionais ao formulário desenhado para a consulta.

Qualquer dificuldade quanto ao entendimento do formulário ou em relação a qualquer outro aspecto da consulta, favor contactar através do email ppcs@mma.gov.br. Além do mecanismo da consulta via internet, a metodologia inclui as seguintes ações, com a finalidade de divulgar, melhorar e enriquecer o Plano:

1. Coletiva de Imprensa com a Ministra do Meio Ambiente (estratégia ASCOM);
2. Aviso do MMA para os ministérios e demais participantes do Comitê Gestor;
3. Reuniões da SAIC com as Secretarias pertinentes dos ministérios parceiros integrantes do Comitê Gestor para estimular contribuições;
4. Divulgação junto aos colegiados ambientais ligados ao Governo Federal: Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 (CPDS), Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ), Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO), Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO), Fórum Nacional Socioambiental do Setor de Florestas

Plantadas, Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), Conselho Gestor Nacional (CONGEN), Comissão Intersetorial de Educação Ambiental, Comissões Técnicas Tripartites.

5. Reunião com os Fóruns de Produção Mais Limpa;
6. Ofício e envio por meio digital de apresentação do Plano para as Federações Estaduais de Indústria e Comércio;
7. Articulação com o Parlamento/Frente Ambientalista (audiência pública);
8. Reunião com os órgãos de defesa do consumidor e consumo sustentável;
9. Mobilização de movimentos sociais e centrais sindicais, ONG's e redes sociais que atuam na área de consumo.
10. Articulação com as Associações Brasileiras de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e Associação Nacional de Órgãos de Meio Ambiente Municipais (ANAMA).

ANEXO II

ORIENTAÇÕES PARA A OBTENÇÃO, PREENCHIMENTO E ENVIO DO FORMULÁRIO

- 1) O Formulário, o Edital de Consulta Pública e o documento Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável estão disponíveis para download no site do MMA, no endereço <http://www.mma.gov.br/ppcs>, ou poderão ser obtidos mediante solicitação do interessado enviada para o e-mail: ppcs@mma.gov.br
- 2) Todos os campos do Formulário deverão ser preenchidos e enviados no período especificado no Edital de Consulta Pública: até dia 05 de novembro de 2010.
- 3) Todas as contribuições recebidas serão analisadas pela Secretaria Executiva do Comitê Gestor Nacional exercida pelo MMA.
- 4) As respostas deverão ser fundamentadas, completas, precisas e claras, sob pena de não serem incorporadas no documento final se assim não se apresentarem.
- 5) Somente serão aceitas contribuições por meio deste Formulário.
- 6) Contribuições enviadas fora do prazo não serão consideradas.
- 7) Após o término da Consulta Pública, as contribuições recebidas estarão disponíveis para conhecimento de toda a sociedade no sítio eletrônico <http://www.mma.gov.br/ppcs>, em arquivo único no formato PDF.
- 8) As contribuições recebidas serão sistematizadas e comporão o “Relatório das Contribuições da Consulta Pública” e, após a deliberação do Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (CGNPCS), estarão disponíveis no endereço <http://www.mma.gov.br/ppcs>, em arquivo único no formato PDF.
- 9) Após deliberação do CGNPCS, também será disponibilizada a versão consolidada do documento Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis no <http://www.mma.gov.br/ppcs> em arquivo único formato PDF.
- 10) Eventuais dúvidas no preenchimento e envio/entrega do Formulário deverão ser esclarecidas mediante contato com a Secretaria Executiva do Comitê Gestor Nacional exercida pelo MMA, pelo email ppcs@mma.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-1976/1543.
- 11) O Formulário preenchido deverá ser enviado à Secretaria Executiva das seguintes maneiras:

EMAIL:

ppcs@mma.gov.br

ESPECIFICAR NO ASSUNTO (SUBJECT)

Consulta Pública – Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis.

Roteiro Técnico

- Acesse o sítio da Internet: <http://www.mma.gov.br/ppcs>;
- Siga as instruções para *download* dos arquivos, gravando-os em seu computador;
- Abra o arquivo do Formulário em *software* de edição de texto;
- Preencha os campos próprios para resposta;
- Salve o arquivo em seu computador;
- Para enviar, acesse seu provedor de e-mail, anexe o Formulário devidamente preenchido e envie-o para ppcs@mma.gov.br

ANEXO III - FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES

I. Identificação do participante (da pessoa que for designada para o preenchimento)

Nome Completo:	
Escolaridade/Formação (quando tiver nível superior):	
CPF:	
Cidade:	UF:
Telefone: (DDD)	E-mail:

II. Identificação da instituição/organização (caso esteja respondendo como representante)

Instituição:	
Cidade:	UF:
Telefone: (DDD)	

1. Âmbito de atuação da instituição/organização:

- internacional
- nacional
- regional
- estadual
- municipal

2. Setor:

- governamental
- sociedade civil
- produtivo

3. Considerando o setor ou segmento que a sua organização ou instituição representa, as prioridades previstas no Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis estão contempladas?

SIM

NÃO

3.1 Se a resposta for afirmativa:

- Afeta diretamente o seu setor
- Afeta indiretamente
- Não afeta o setor ou segmento

4. Sua instituição possui ações nos temas abaixo? Quais?

- educação para o consumo sustentável
- reciclagem de resíduos sólidos
- compras públicas sustentáveis
- construções sustentáveis
- varejo e consumo sustentáveis
- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
- nenhum dos temas acima – Especificar quais os temas principais de atuação:

5. Como você tomou conhecimento desta consulta pública? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Diário Oficial da União
- Site do Ministério do Meio Ambiente
- Ofício
- Outros sites
- Rádio
- Jornais e revistas
- Associação, entidade de classe ou instituição representativa de categoria ou setor da sociedade civil
- Amigos, colegas ou profissionais de trabalho
- Outro. Especifique:

III. Contribuições para a Consulta Pública

1. Considerando o documento “Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) – versão para consulta pública – set/2010”, indique em qual(is) seção(ões) a contribuição será realizada.

- Introdução
- 1. Histórico e contextualização
- 2. O processo de elaboração do PPCS
- 3. Objetivos, diretrizes e prioridades do PPCS
- 4. Detalhamento das prioridades selecionadas pelo Governo brasileiro (Plano de Ação para três anos)
- 5. Estratégias e mecanismos de implementação do PPCS
- 6. Mecanismos de monitoramento
- 7. Em todas as seções

Texto atual publicado (quando houver)

Proposta (inclusão, exclusão ou nova redação)

Página:	
Justificativa:	

Texto atual publicado (quando houver)	Proposta (inclusão, exclusão ou nova redação)
Página:	
Justificativa:	

Texto atual publicado (quando houver)	Proposta (inclusão, exclusão ou nova redação)
--	--

Página:	
Justificativa:	

Texto atual publicado (quando houver)	Proposta (inclusão, exclusão ou nova redação)
Página:	
Justificativa:	